



Entrevista: Heron Arzua

paraná cooperativo

Ano 4
Número 39
Março - 2008

AV. Cândido de Abreu, 501 - 80530-000 - Curitiba - PR - www.ocepar.org.br



COOPERAR PARA CRESCER

**Cooperativas de crédito
administram R\$ 3,1 bi no Paraná**



Linha Temperados



Copacol

Receita para ser Feliz

*Conheça o lançamento mais saboroso
que a Copacol preparou para você!*



45 3241-8080 | www.copacol.com.br

Um modelo de gestão financeira e desenvolvimento



João Paulo Koslovski
Presidente do Sistema OCEPAR

O cooperativismo surgiu como alternativa de superação das diferenças sociais e econômicas causadas pelos modelos concentradores da economia. Baseia-se na cooperação das pessoas em busca de objetivos comuns, atuando de forma organizada e pacífica para agregar entre seus integrantes parte da renda que no sistema econômico tradicional beneficia os donos do capital.

Também o crédito é uma das vertentes do cooperativismo em todo o mundo. No Brasil, as cooperativas de crédito ganharam força nos anos 80, diante da incapacidade do governo financiar o setor agropecuário. Mas para operar livremente, tiveram que derrubar, ao longo de mais de 20 anos, dezenas de restrições que impediam seu crescimento.

Hoje, o cooperativismo de crédito é um caso de sucesso.

E é sobre as cooperativas de crédito no Paraná que desejamos discorrer brevemente. Voltemos um pouco no tempo, em 1981, quando as três primeiras cooperativas foram constituídas em Londrina, Toledo e Cascavel. Podiam funcionar, mas com extremas limitações legais: não podiam ter talão de cheque nem efetuar a compensação de documentos; só podiam associar agricultores integrantes das cooperativas agropecuárias; não podiam abrir postos de atendimento fora da sede central.

Hoje, 27 anos depois, o quadro é outro: as 57 cooperativas de crédito avaliadas nesta edição têm 332 mil associados e seus ativos somam R\$ 3,14 bilhões, um crescimento de 32,88% em relação ao

ano anterior. Estão presentes na maioria dos municípios paranaenses através de 405 postos de atendimento cooperativo. Durante o ano de 2007 o resultado dessas cooperativas foi R\$ 69,37 milhões, dinheiro que retornou aos seus associados na proporção da operação de cada um.

Os benefícios da atuação das cooperativas de crédito se estendem à isenção de taxas de serviços; taxas de juros do cheque especial 40% inferiores, em média; e conta corrente sem taxa manutenção.

O apoio às ações sociais e econômicas em defesa e desenvolvimento de seus cidadãos é outra característica das cooperativas de crédito, que ano a ano vêm apresentando crescimento muito acima da média da economia. E se impõem como fator de equilíbrio nos custos cobrados pelas instituições concorrentes.

Embora o cooperativismo de crédito só tenha se consolidado após 1996, com a entrada em funcionamento dos bancos próprios (Bansicredi e Bancoob), o sistema é sólido e alcançou a credibilidade da sociedade e das autoridades. E faz o gosto, quer de pequenos grupos organizados em cooperativas mútuas dentro de empresas, ou da sociedade organizada em sistemas que ultrapassam fronteiras, como o Unicred, o Sicoob e o Sicredi. Destaque também para cooperativas independentes como a Credicoamo, Credicoopavel, Credicorol e Credicatu.

A alternativa democrática e cooperativa de gestão dos recursos financeiros e agregação de valores está dando resultado. E agregando mais renda às comunidades cooperativas.

Organização política para crescer

A expansão do cooperativismo de crédito é destaque nesta edição da revista Paraná Cooperativo. As cooperativas do ramo fecharam o ano de 2007 administrando ativos de R\$ 3,1 bilhões, uma elevação de 32,88% em comparação com o ano anterior. Um crescimento que tem impactos positivos em todo o estado, num sistema que congrega mais de 330 mil cooperados. É mais desenvolvimento e oportunidades para os paranaenses, já que os recursos das cooperativas são reinvestidos nas próprias comunidades em que atuam. Os bons indicadores das cooperativas de crédito são motivados por inúmeros fatores, como melhores tarifas e serviços concedidos aos associados, que não são meros correntistas. O cooperado é quem define, democraticamente, os rumos de sua cooperativa e recebe sua cota de participação nos resultados.

Mas o crescimento do ramo crédito também é consequência da organização política do setor cooperativista, que através da Ocepar e OCB atuam de forma a criar um ambiente político e jurídico adequado que não obstrua o setor. É parte de um trabalho constante, que tem na Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo) um aliado fundamental. E as demandas políticas são inúmeras, representando um dos principais desafios da organização cooperativista brasileira. A agenda para 2008 é uma das matérias desta edição.

Em outra frente, a Ocepar prossegue no intenso trabalho de negociação para o endividamento agrícola, com avanços nas discussões e impasses, mas ainda sem uma solução definitiva. E segue também o debate em torno de uma política de garantia de renda para a agropecuária brasileira, para evitar os impactos negativos que se repetem a cada crise no campo. Durante reunião de diretoria, o presidente João Paulo Koslovski entregou ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, documento com propostas da Ocepar e das cooperativas com medidas estruturantes para a proteção e estabilização da rentabilidade do produtor. O leitor pode acompanhar os detalhes das ações políticas importantes para o crescimento do cooperativismo.

Outro destaque desta edição são os resultados positivos do programa Jovem Aprendiz Cooperativo, idealizado e coordenado pelo Sescop-PR, com a parceria das cooperativas, que está dando oportunidade de capacitação e trabalho para centenas de adolescentes e jovens em todo o estado. Essas e outras notícias do cooperativismo, em mais uma edição da revista Paraná Cooperativo.

Boa Leitura!

6



Entrevista: o secretário da Fazenda do Paraná, Heron Arzua, fala sobre a política estadual de redução de impostos e das propostas para a reforma tributária



10

Especial: cooperativas de crédito do Paraná têm expansão de 32,88% e administram mais de R\$ 3,1 bilhões em ativos, com mais de 330 mil cooperados

16



Idealizado pelo Sescop-PR, Programa Jovem Aprendiz Cooperativo gera oportunidade de capacitação e trabalho para adolescentes e jovens

26 Ocepar e cooperativas encaminham propostas para impulsionar triticultura brasileira

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

Áureo Zamprônio
Frans Borg
Valter Pitol
José Otaviano de Oliveira Ribeiro
Paulino Capelin Fachin
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Manfred Alfonso Dasenbrock
Edvino Schadeck
Dilvo Grolli
Valter Vanzella
Renato José Beleze
Luiz Lourenço
José Aroldo Gallassini
Jorge Karl

Conselho Fiscal

Miguel Rubens Tranin
Jaime Basso
Nelson Canan

Suplentes

Gaspar de Geus
Antônio Sérgio de Oliveira

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP-PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Valter Pitol
Luiz Lourenço
Guntolf van Kaick
Josiany de Fátima Rolo

Suplentes

Frans Borg
Jorge Karl
Célia Hoffmann
Ramon Belisário

Conselho Fiscal

Luiz Humberto de Souza Daniel
Gabriel Nadal
Eurico Woitowicz

Suplentes

Almir Montecelli
Francisco Augusto Sella
Carmem Teresa Zagheti Reis

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop-PR.
Editor Responsável: Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Editor Assistente:** Ricardo Rossi **Redação:** Eloy Setti e Marli Vieira **Apoio:** Cleide de Paula. **Fotos:** Imprensa Ocepar.
Conselho Editorial: João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho, Eloy Setti
Diagramação, fotolito e impressão: Editora Paranaense.
Redação: Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109. **Endereço Eletrônico:** imprensa@ocepar.org.br **Página na Internet:** www.ocepar.org.br **Foto capa:** Assessoria Coamo. **As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.**

21



Unimed Paraná cria comitê para avaliar necessidades das cooperativas singulares



Endividamento: proposta do governo não inclui pontos importantes para a equalização das dívidas rurais

22



24

Koslovski apresenta ao ministro Stephanes documento com medidas estruturantes sugeridas para dar garantia de renda ao produtor brasileiro

30 Expedição Caminhos do Campo mostra o potencial produtivo e econômico do Cerrado

38 Cooperativas realizam Dias de Campo e aprimoram conhecimento técnico dos cooperados

Heron Arzua

Secretário da Fazenda do Estado do Paraná

Redução de impostos para os empreendedores



Foto: Assessoria Ocepar

A política fiscal que reduz os impostos ao micro e pequeno empreendedor vai continuar no Paraná. Quem afirma é o secretário estadual da Fazenda, Heron Arzua, que considera a decisão um fator decisivo para o surgimento de milhares de empresas e novos postos de trabalho no estado. “Estimulamos a economia paranaense sem prejudicar a arrecadação, que está concentrada nas grandes empresas dos setores de combustíveis, energia elétrica, automóveis e cigarros”, explica. Em entrevista exclusiva à revista Paraná Cooperativo, Arzua fez uma avaliação do trabalho desenvolvido na Secretaria, que comanda desde 2003, tendo sido secretário também entre 1991 e 1994. As propostas para a reforma tributária, atualmente em discussão no Congresso Nacional, foram avaliadas por Arzua. “A desoneração dos investimentos e das exportações, ao lado de um sistema de partilha dos impostos entre federados e municípios, são pontos positivos da reforma.” Apesar dos avanços que as mudanças podem trazer ao país, o secretário entende que não haverá diminuição na carga de impostos. “O objetivo é simplificar, organizar e racionalizar. Como consequência, pode até ser que haja uma melhora, porque a gestão tributária vai ser mais fácil e os custos administrativos vão diminuir”, observa. Aos 68 anos, casado, duas filhas e quatro netos, o curitibano Heron Arzua é hoje um dos mais experientes especialistas do país em gestão tributária. Advogado formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), é autor de livros e artigos sobre tributos e finanças, tendo atuado também como procurador do município de Curitiba (1972-78) e procurador-geral da Fazenda Nacional (1979-80).

Paraná Cooperativo – Qual avaliação que o senhor faz do desempenho econômico do país nos últimos anos e os reflexos para o Paraná?

Heron Arzua – Os reflexos são bons porque houve uma recuperação da economia agrícola e com isso o PIB (Produto Interno Bruto) do Paraná teve uma expansão considerável. Cresceu mais do que o PIB brasileiro. O motor da economia estadual ainda é a agropecuária, mas todos os setores tiveram um impulso muito grande. O Brasil inteiro teve um crescimento, nesses últimos tempos, muito interessante e expressivo.

Paraná Cooperativo – Na sua opinião, qual a contribuição que as cooperativas têm dado para o desenvolvimento do estado?

Heron Arzua – A organização da agricultura por intermédio das cooperativas é muito relevante para o Paraná. Acredito que, se não é o estado mais organizado, em termos de cooperativismo, está entre os primeiros. E as cooperativas são hoje altamente produtivas e atuantes em nosso sistema econômico. O Governo do Estado tem prestigiado, na medida do possível, as cooperativas paranaenses.

Paraná Cooperativo – A agropecuária tem gerado riquezas e empregos, e contribuído com a arrecadação de impostos. Qual o impacto do campo na economia do estado?

Heron Arzua – Embora os nossos itens de concentração sejam os combustíveis, energia elétrica e as telecomunicações, o incremento dos negócios no campo faz com que toda a roda da economia gire com mais rapidez. E a agropecuária contribuiu para um crescimento real de arrecadação no estado, nos últimos dois meses, de cerca de 10%, comparado com o mesmo período do ano passado. Isso é bastante significativo. Descontada a inflação tem-se um crescimento real de 5 a 6%.

Paraná Cooperativo – Que problemas o senhor apontaria como impeditivos de um maior crescimento do estado?

Heron Arzua – A preocupação é que a crise norte-americana afete os preços das nossas commodities, como já ocorreu dias atrás. O Paraná é dependente da economia agrícola. Alguns economistas entendem que há motivos de preocupação pela situação mundial. O governo brasileiro vem afirmando que o Brasil está imune a esta crise, mas não é bem assim. Nós estamos vinculados aos nossos grandes importadores de commodities que são os Estados Unidos, a China e a Europa. Então, há um temor com respeito a essa crise, que esperamos seja conjuntural da economia norte-americana e não tenha reflexos no Brasil e, por consequência, no Paraná.

Paraná Cooperativo – Qual sua opinião sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) da Reforma Tributária? Ela acontecerá de fato desta vez?

Heron Arzua – Não sei se acontece. A reforma tributária no Brasil envolve muitos interesses distintos. Os governos estaduais por sua natureza e constituição são desiguais, os estados do Sul não têm nada a ver com os estados do Nordeste. Cada um tem os seus problemas e especificidades. Então, é o interesse de 27 federados, 26 estados mais o Distrito Federal, e existem também os cinco mil municípios - no Brasil os municípios também têm competência para legislar sobre tributação. E tem a parte de quem paga a conta, que é o povo brasileiro. Porque as grandes empresas e empresas em geral são fontes de arrecadação de impostos. Elas cobram das pessoas para encaminhar ao governo. São mandatários tributários.

Na verdade, os contribuintes são os consumidores finais. A proposta do governo visa reorganizar o sistema. A PEC é uma proposta politicamente possível. Ela não é mais ousada em razão dos obstáculos políticos. Na proposta para o novo ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), deveriam seguir o que acontece no mundo inteiro, com a tributação de mercadorias e serviços. No Brasil, nós fizemos essa separação em 1965, deixando os serviços para serem tributados pelos municípios.

Isso causa perda ao sistema tributário brasileiro e as nossas empresas. Uma proposta ideal teria sido você englobar os serviços, hoje tributados no imposto sobre os serviços municipais, no novo ICMS.

Como politicamente isso é muito difícil - grandes municípios brasileiros se opuseram a essa proposta e o governo entendeu que não teria forças para aprová-la no Congresso Nacional - continua essa separação, que ficou fora da PEC. A proposta para o plano federal reúne uma porção de contribuições sobre um novo imposto com regras definidas sobre o princípio da não-cumulatividade. E no plano estadual propõe uma legislação única para todos os estados, com regulamentação única também. Poucas alíquotas para que o ICMS não continue a ser usado como instrumento de política econômica.

Paraná Cooperativo – O imposto único seria o ideal?

Heron Arzua – É a unificação. Eles estão unificando quatro contribuições no IVA (Imposto sobre Valor Agregado) federal. Estão juntando a contribuição social sobre o lucro líquido, com o Imposto de Renda, que é uma coisa muito natural, nunca deveriam ter feito essa separação. Foram criadas somente para o Governo Federal não partilhar. Porque os impostos têm que ser partilhados com estados e municípios. Eles não partilharam, vincularam a outras finalidades e criaram essas contribuições, que são chamadas de contribuições, mas na realidade são impostos.

Paraná Cooperativo – O senhor tratou como um gargalo para o desenvolvimento a questão da guerra fiscal. A reforma tributária pode resolver esse problema?

Heron Arzua – A reforma pode resolver a guerra fiscal com a unificação. Os estados perdendo o poder de legislar sobre esse assunto, perdem o poder de dar incentivos fiscais. Só a retirada da competência dos estados através de uma legislação federal única e uma regulamentação única, embora aprovada

pelos estados, pode eliminar a guerra fiscal, e o ICMS deixaria de ser uma ferramenta nessa disputa.

Paraná Cooperativo – O contribuinte do ICMS seria beneficiado com essa nova sistemática? A unificação contribuiria para a troca de produtos entre os estados?

Heron Arzua – No sentido de racionalizar o sistema, sim. Porque você teria uma só orientação, uma só legislação, uma só interpretação sobre os diversos fatos tributários. E, atualmente, nós temos uma multiplicidade de legislação, de regulamentação e o imposto sendo usado, muito fortemente, como instrumento de política econômica. Política de atração de riqueza para cada estado.

Paraná Cooperativo – A PEC prevê a continuidade do Confaz (Conselho de Política Fazendária), mas ele teria realmente força?

Heron Arzua – Continuará existindo. Não há uma unanimidade, mas o Confaz foi criado como uma imitação do comitê da Bélgica, do Mercado Comum Europeu, hoje União Européia, que é o órgão que regula o IVA vigente em todos os países da comunidade européia. Então, o Confaz teria essa missão, de regular o imposto em nível nacional. Ele teve dificuldades no passado, porque as suas decisões não foram observadas. Já começou um pouco desestruturado porque nós temos estados, como o do Amazonas, que tem a Zona Franca de Manaus, que não têm interesse que sejam aprovados incentivos em outras regiões do país. E tem São Paulo, que é um estado que foi industrializado antes de todos, com grande riqueza industrial e que também criava, e cria, obstáculos para incentivos a outras regiões, notadamente os estados do Nordeste e do Centro-Oeste.

Paraná Cooperativo – No caso do ICMS,

na questão da energia elétrica, o Paraná seria penalizado?

Heron Arzua – Não muda a situação porque a proposta é tributar todas as mercadorias no destino. Os combustíveis e a



As cooperativas do Paraná são altamente produtivas e atuantes em nosso sistema econômico



energia elétrica já estão no destino. Há uma proposta para que uma parte fique tributada no estado de origem, 2%, e o que nós estamos dizendo é que os combustíveis e a energia elétrica também deveriam entrar na regra dos 2%.

Paraná Cooperativo – Como funcio-

naria a sistemática de compensação no novo ICMS para os contribuintes exportadores que acumulam créditos?

Heron Arzua – O que pode acontecer é que os estados só vão devolver aqueles impostos que eles mesmos cobraram porque, nas relações interestaduais, isso praticamente zera. Então, se você compra soja do Mato Grosso do Sul e exporta, o crédito não vai mais ser suportado pelo Paraná, mas sim, pelo estado de origem. Então, para o exportador praticamente não faz diferença. Ele quer de volta o dinheiro incidente sobre a importação. É o crédito real. Nas compras interestaduais não haveria mais crédito, só haveria alíquota de 2% que é mais para o controle das operações intra-federais.

Paraná Cooperativo – Como fica a questão do Paraná, região estratégica entre Paraguai e a Argentina, na questão de compras de mercadorias desses países. Isso também seria um foco de preocupação?

Heron Arzua – As importações para o Paraná não têm sido problema, a não ser a questão do contrabando de mercadorias. Mas as relações normais podem fluir naturalmente, sem problemas.

Paraná Cooperativo – As alíquotas do novo ICMS seriam estabelecidas baseando-se na essencialidade dos produtos? Como ficaria a tributação dos itens da cesta básica, incluindo o trigo e a farinha de trigo?

Heron Arzua – Há uma proposta para que seja definido por lei complementar. A idéia é que haja uma alíquota única, modal, que seria em torno de 18%, e depois as alíquotas diferenciadas. Imagina-se que seria de 7%, 12%, 18% e 25% para combustíveis, energia elétrica, cigarro e produtos essenciais para a economia do Estado. A cesta básica tem pouca tributação e já é desonerada. Ela provavelmente ficaria na alíquota de 4%.

Paraná Cooperativo – O setor produtivo paranaense está apreensivo com o fim do prazo de vigência do Convênio nº 100, que trata da redução da base de cálculo nas saídas de insumos agropecuários. O prazo é 30 de abril próximo. Qual é a posição do Secretário com relação à prorrogação do convênio? Sem prorrogação haverá um acréscimo de 12% no custo dos insumos agrícolas.

Heron Arzua – Todos os Estados são favoráveis à prorrogação. Só um estado impõe obstáculos e tem votado contra, que é São Paulo, pois quer um avanço na tributação, que considera muito livre, mas concordaria que isso fosse feito progressivamente. Agora é muito difícil conseguir a adesão de todos os estados. O Rio Grande do Sul tem idéia de tributar também. Até sair a reforma tributária a decisão é do Confaz.

Paraná Cooperativo – O Estado do Paraná está contribuindo de que forma para a reforma tributária, em termos de propostas?

Heron Arzua – Nós participamos dos grupos de estudos. Essa proposta começou a ser estudada em 2003. É uma proposta feita originalmente pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Foram realizados inúmeros seminários e encontros em todo o Brasil. Houve também reuniões no Canadá, na Índia, nos Estados Unidos, ou seja, aconteceram estudos muito acentuados de como as federações no mundo estão se portando, a indiana, a alemã, a australiana, a canadense, entre outras. A proposta de reforma da FGV era mais ambiciosa. Ela criava um IVA só nacional, não haveria o IVA federal, nem o estadual. Um imposto muito abrangente como existe nos outros países, na Argentina, Paraguai, Uruguai, Comunidade Européia. Um só imposto sobre o consumo. O que, em função do perfil da federação brasileira, não é possível hoje. Então, a reforma é aquela que o governo entendeu que é

politicamente possível, e mesmo assim já está sofrendo inúmeras restrições. Agora, se esquecêssemos os estados, só pela proposta da reforma federal já valeria a pena. Porque é uma reorgani-



“

A reforma tributária pode acabar com a guerra fiscal através da unificação das contribuições

”

zação muito interessante e positiva.

Paraná Cooperativo – A carga tributária brasileira é uma das mais pesadas do mundo. A reforma tributária proposta vai amenizar a pressão dos impostos?

Heron Arzua – Não. Ela não tem o objetivo de amenizar a carga tributá-

ria. Ela tem o objetivo de simplificar, de organizar e de racionalizar. Como consequência disso, pode ser que venha resultar uma melhora, porque a gestão tributária vai ser mais fácil e os custos administrativos vão diminuir muito. Agora, carga tributária depende dos gastos dos estados, da União, dos municípios, se não houver uma racionalização das despesas é evidente que a carga tributária vai continuar, mas o sistema proposto é muito melhor do que o atual.

Paraná Cooperativo – Qual a análise que o senhor faz do trabalho na Secretaria da Fazenda nesses cinco anos de governo?

Heron Arzua – O Paraná tem uma política de incentivos para micro e pequenas empresas, na razão de que elas são grandes geradoras de empregos e nesse aspecto nós tivemos sucesso. Houve a criação de milhares de novas empresas e postos de trabalho. Isso não prejudicou a arrecadação, porque combustíveis, energia elétrica, automóveis e cigarros respondem por 70% da arrecadação estadual. Com cerca de 3 mil empresas o Estado obtém 98% da arrecadação. Com outras 117 mil empresas a arrecadação é muito pequena. O foco da Fazenda em termos de impos-

tos são as empresas responsáveis pela maior parte da arrecadação do estado. Com isso, o Paraná teve um incremento muito grande na criação de empregos e a política foi um sucesso. É por essa razão que o Paraná foi o estado que mais adesão teve ao Simples Nacional, que foi criado no ano passado. Sobre o setor primário praticamente não incide tributo estadual. Só é cobrado o imposto desse setor no que se chama de gargalos da comercialização, que é quando ocorre venda para o consumidor final, para indústria e para fora do estado. A política de incentivos aos pequenos e médios empreendedores vai continuar no Paraná. ■



Cooperativas

já administram R\$ 3,1 bi em recursos no Paraná

Total dos ativos de todas as cooperativas paranaenses ultrapassa R\$ 3,1 bilhões. Postos de atendimento já são 405 em todo o estado.

Os relatórios de prestação de contas de 2007 das 57 cooperativas de crédito do Paraná – aquelas organizadas em sistemas e as chamadas independentes -, fecharam o ano com crescimento vertiginoso: recursos totais de R\$ 3,14 bilhões e mais de 332 mil associados. Embora os sistemas organizados através de cooperativas centrais se sobressaíssem nesse cenário, também as cooperativas que permaneceram independentes cresceram, com destaque para a Credicoamo, a maior cooperativa de crédito do Paraná e que em 2007 atingiu meio bilhão em ativo total. Também aparecem com bom desempenho as cooperativas Credicorol, Credicoamo e Credicatu. O Sicredi, que surgiu com a reorganização do sistema a partir de 1982, é o maior sistema, com 260 mil associados e R\$ 2.016 bilhões em ativos. O Sicoob, que reúne pequenos e médios empresários, fechou o ano com R\$ 349 milhões

em ativos e é o segundo maior sistema. É seguido pelo Unicred, que reúne seis cooperativas dos profissionais da área de saúde, e somou R\$ 237 milhões em ativos.

Flexibilidade e responsabilidade

– Nos anos 80, a tentativa de reativação do cooperativismo de crédito no Brasil era mal vista pelas autoridades responsáveis pela regulamentação do sistema financeiro. As cooperativas de crédito existentes funcionavam precariamente, pois não podiam ter cheques nem abrir filiais, e só lhes era permitido associar pessoas dentro de categorias profissionais. A constituição de cooperativas centrais – hoje recomendada – também era coibida. A legislação foi sendo aberta a conta-gotas ao longo dos anos 80, até que o governo de FHC autorizou, em 1995, a constituição dos bancos cooperativos, dando novas perspectivas de crescimento ao sistema. Outras restri-

ções foram caindo à medida que o cooperativismo demonstrou profissionalismo e resultados. E no ano passado, a Resolução 3.442 deu novas aberturas ao cooperativismo de crédito, embora com novas exigências visando tornar o sistema mais seguro.

A nova resolução torna obrigatório o Fundo Garantidor de Cooperativas também para as cooperativas de empresários. E obriga a utilização de auditoria externa, permitindo a criação de entidades específicas para a realização dessa tarefa. Entre as boas notícias estão a ampliação da população da área de atuação de cooperativas de livre admissão, que agora alcança 2 milhões de habitantes, e a possibilidade de cooperativas de crédito mútuo com atuação em área fim se associarem visando o seu fortalecimento. Também fortalece a figura das centrais, estipulando um Patrimônio Líquido de R\$ 300 milhões como o ideal.

Sicredi cresceu 37% e chega ao litoral

O Sicredi Paraná é resultado da reorganização das cooperativas de crédito nos anos 80 e de sua adesão, em 1996, ao sistema de crédito do Rio Grande do Sul. Fechou o ano com 28 cooperativas, 262 mil associados e R\$ 2.016 bilhões em ativos totais, o que representa um crescimento de 37% em relação ao ano anterior. Além disso, pagou R\$ 4,5 milhões de juro ao capital dos associados. O presidente da Central Sicredi PR, Manfred Dasenbrock, afirma que esse crescimento deve-se a um novo posicionamento do sistema em relação a alguns produtos, como poupança - que cresceu de R\$ R\$ 83 milhões em 2006 para R\$ 194 milhões em 2007 (133%) -, fundos de investimento e previdência. Por outro lado, “passou o susto da crise agrícola e houve uma retomada no crédito rural”, frisa Manfred. Os recursos liberados para custeio cresceram 85%, passando de R\$ 229 milhões em 2006 para R\$ 425 milhões em 2007.

Embora o crescimento do sistema continue sendo um objetivo importante, o Sicredi não descuida da formação

da sua base, que são os associados. Em 2008, esclarece o presidente, também terá prioridade a organização do quadro social através dos programas “Crescer” e “Pertencer” e a implantação do programa “A união faz a vida” em novos municípios. A principal novidade está reservada para a chegada do Sicredi ao Litoral do Paraná através da abertura de uma unidade de atendimento em Paranaguá, que posteriormente será transformada em cooperativa. No estado, o Sicredi pretende abrir 20 novas unidades de atendimento, ampliando em 22% o número de associados, devendo chegar 320 mil em dezembro próximo.

O incremento aos diversos produtos do sistema, como o consórcio de imóveis, poupança e fundos de investimento, e o lançamento do cartão Sicredi Card, de bandeira própria, estão entre as prioridades, o que permitirá um crescimento mínimo dos recursos administrados em 30% em relação a 2007, e chegar a um Patrimônio Líquido de R\$ 390 milhões, bem acima do mínimo de R\$ 300 milhões exigido pela Resolução 3.442 do



Foto: Assessoria Ocepar

Manfred Dasenbrock, presidente do Sicredi

Banco Central. Na área administrativa, a central pretende completar o Projeto de Revisão e Padronização Organizacional, concluindo a instalação das 11 superintendências regionais.

Entre os novos produtos estão os fundos de investimento, que em 2007 tiveram um crescimento de 122%, fechando o ano com R\$ 194 milhões aplicados pelos associados. “Os fundos já existiam, mas em 2007 o mercado se abriu, com valorização da bolsa”, explica Manfred Dasenbrock. E brevemente os associados contarão também com um consórcio de imóveis, praticamente fechando o leque de necessidades de produtos demandados. Por trás de todas as cooperativas Sicredi está o Banco Sicredi, responsável pelo desenvolvimento e administração de mais de uma centena de produtos e serviços.

Sicoob: reestruturação e livre admissão

O Sicoob surgiu em 2001, reunindo as cooperativas Credioeste (Foz do Iguaçu), Cresud (Francisco Beltrão) e a Creserv (Dois Vizinhos), obtendo a adesão imediata do Sicoob Metropolitano, de Maringá. É o segundo maior sistema de crédito cooperativo no Paraná, com 19 cooperativas espalhadas em pontos estratégicos e atuando com o apoio da Faciap (Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado do Paraná). Os recursos administrados totalizaram R\$ 349,18 milhões em dezembro de 2007, o que representou um crescimento de 27,8% em relação ao ano anterior. O crescimento dos principais indicadores também é significativo, o que demonstra uma fase de consolidação do Sicoob nas diversas regiões onde atua através de 47 postos

de atendimento cooperativo.

O presidente do Sicoob Paraná, Jefferson Nogaroli, considera que “esse crescimento foi bom diante da jovialidade do sistema. Optamos por dar prioridade a uma reformulação do sistema para termos um crescimento sustentado. Não fosse isso, poderíamos até ter crescido mais, mas optamos por formar uma base mais segura ao crescimento”, destacou. Nogaroli afirma também que a concretização do convênio com o governo do Estado visando a concessão de empréstimos ao funcionalismo público traz “perspectivas muito boas para o Sicoob”. A aprovação, pelo Banco Central, da transformação das cooperativas em “de livre admissão” é essencial para o melhor atendimento do funcionalismo público. Até agora duas cooperativas entraram



Foto: Assessoria Faciap

Jefferson Nogaroli, presidente do Sicoob

com pedido para se transformarem em “de livre admissão”: Sicoob Toledo e Sicoob Foz do Iguaçu.

Recentemente Sicoob inaugurou um posto de atendimento cooperativo (PAC) em Araucária e espera concluir o ano com a abertura de uma cooperativa em Pato Branco e a abertura de cerca de dez novos PACs para ampliar o atendimento em várias regiões do estado. Está

em estudo a melhor localização de três novos PACs a serem abertos em Curitiba e municípios próximos. Santa Felicidade é uma das opções.

Para este ano o Sicoob também estabeleceu como prioridade tornar-se a segunda instituição financeira dos associados. Como é um sistema relativamente novo e há limitações legais para a tomada de recursos – o que visa a segurança das

cooperativas de crédito – os associados continuam atuando com outros agentes financeiros, ficando o Sicoob como uma opção. Agora, o Sicoob vai trabalhar para que os associados dêem prioridade à cooperativa para obtenção de prestação de serviços bancários. Por trás do Sicoob está o Bancoob, que é o maior banco cooperativo brasileiro, com R\$ 4,8 bilhões em ativos em 31/12/2007.

Unicred PR amplia empréstimos para investimentos

O sistema cooperativo Unicred surgiu há dez anos, com apoio das cooperativas Unimed e no Paraná fechou o ano com ativos de R\$ 237,5 milhões. Embora menos conhecido que o Sicred e Sicoob por ser um sistema que funciona apenas junto aos profissionais da área de saúde, o Unicred é considerado sólido e profissional. Também se organizou em cooperativas centrais, mas que ultrapassam as fronteiras estaduais em função da visão de negócios. A Unicred Central Paraná Mato Grosso do Sul representou a primeira fusão entre estados e foi “altamente benéfica para os dois estados”, afirma o seu presidente Álvaro Jabur.

As seis cooperativas Unicred do Paraná fecharam o ano 2007 com 10.086 associados e resultado de R\$ 22,23 milhões. “Foi um ano muito bom, com crescimento quantitativo e qualitativo. É um sistema em expansão”, frisou Jabur. O presidente observou que no último ano houve uma mudança no perfil dos empréstimos, onde os cooperados

agora buscam financiamento dos seus negócios: equipamentos médicos, instalações e até para crédito imobiliário. As cooperativas têm uma linha específica de financiamento imobiliário, com prazo de pagamento de até oito anos, “a juros muito acessíveis”, afirma Jabur. Os empréstimos totalizaram R\$ 158 milhões em 2007, o que representa um crescimento de 29,5% em relação ao ano anterior. As sobras foram de R\$ 22,2 milhões.

“Crescer, crescer, crescer” são as palavras de ordem no sistema Unicred. Para isso, as cooperativas procuram prestar os melhores serviços a baixo custo, diferencial que atrai novos associados. “A credibilidade dos dirigentes, a união e harmonia entre diretores e cooperados, e a dedicação ao sistema” são as armas para o sucesso das cooperativas, afirma Álvaro Jabur, que também preside a Unicred Norte do Paraná, cooperativa que está em 1º lugar no ranking das melhores cooperativas integrantes do sistema Unicred Brasil.



Foto: Assessoria Ocepar

Álvaro Jabur, presidente do Unicred

Cooperativas independentes também mostram sua força

Embora o Banco Central sugira que as cooperativas de crédito funcionem integradas em sistemas e centrais, o que permite a transformação em cooperativas de livre admissão, algumas cooperativas de crédito rural

preferiram permanecer independentes, atuando em parceria com as cooperativas agropecuárias que fomentaram a sua constituição e crescimento. É o caso da Credicoamo, da Credicoopavel, da Credicorol e da Credica-

tu, cujo crescimento demonstra que podem ser muito eficientes atuando de forma independente, funcionando como instituições financeiras dos associados das cooperativas agropecuárias.

Credicoamo, a maior singular do Paraná

Constituída em 1989 quando o sistema de crédito cooperativo estava se organizando, a Credicoamo é a maior cooperativa de crédito em funcionamento no Paraná. Atua especificamente em crédito rural em apoio aos associados da Coamo, cooperativa que patrocinou sua constituição e com a qual mantém estreito relacionamento. Optou por ficar independente de sistemas organizados em centrais e, por isso, atua apenas em crédito rural através de postos de atendimento cooperativo instalados junto às unidades regionais da Coamo. A cooperativa fechou o ano com ativo total de R\$ 418,64 milhões, o que representa um crescimento de 35,38%, e sobras de R\$ 16,02 milhões. Tem 18 postos de atendimento e planeja abrir mais 2 neste ano.

O presidente da Credicoamo, José Aroldo Gallassini, que também é presidente da Coamo, afirma que o esforço permanente da equipe de funcionários para introduzir melhorias nos processos operacionais, com redução de custos e despesas, associada ao incremento na captação de recursos e concessão de empréstimos e financiamentos, permitiu gerar o resultado considerado excelente em 2007: R\$ 16,02 milhões. “O desempenho obtido neste ano ratifica os sólidos alicerces em que são geradas as operações da cooperativa. A gestão está embasada nas ações firmes da diretoria, na participação ativa dos associados e na postura do quadro de funcionários, para a evolução constante da Credicoamo”, comemora Gallassini.



Foto: Assessoria Coamo

José Aroldo Gallassini, presidente da Credicoamo

Credicoopavel, bom desempenho em 2007

A Credicoopavel foi a 3ª cooperativa singular de crédito rural constituída no Paraná, em 1982. Também preferiu continuar independente e fechou o ano de 2007 com 3.985 associados, todos integrantes da Coopavel, com a qual mantém estreita parceria. Em 2007 o ativo total alcançou R\$ 50,98 milhões, contra R\$ 42,94 milhões do ano anterior. Dilvo Grolli, presidente da Credicoopavel, ressalta de que 2007 foi um ano excelente para o sistema cooperativo, especialmente para a Credicoopavel. “Tivemos um bom retorno econômico, os resultados foram espetaculares e os números mostram isso. Mantivemos como foco principal de atuação da cooperativa os nossos cooperados e também os funcionários da Coopavel. Através de um planejamento estratégico pretendemos duplicar até 2012 os ativos da Credicoopavel”. Dilvo ainda lembra de que a cooperativa está organizada e estruturada, e, sobretudo, trabalhando para gerar recursos que contribuem efetivamente para o crescimento dos cooperados. “Gostaríamos de destacar que a boa performance só foi possível graças à confiança de nossos associados, ao trabalho de nossos funcionários e também pela orientação das atividades do Banco do Brasil”. A Credicoopavel atua em parceria com o BB para oferecer produtos e serviços aos seus associados.



Foto: Assessoria Coopavel

Dilvo Grolli, presidente da Credicoopavel

Credicorol, força no agronegócio

Também a Credicorol, constituída em 1983, manteve-se independente dos sistemas organizados. Funcionando dentro da Corol, oferece aos associados quase a totalidade de produtos e serviços demandados na área de agropecuária. Realizou, em 2007, operações de crédito que totalizaram R\$ 23,80 milhões, contra R\$ 10,60 no ano anterior. Os ativos totalizaram R\$ 75,24 milhões, com crescimento de 36,74% em relação ao ano anterior. A integração com a Corol permite oferecer aos associados uma série de produtos e serviços, além da comodidade de atuar dentro de uma empresa controlada pelos mesmos associados. A isenção de tarifas, o atendimento especial, financiamentos, débitos, cartões de crédito e seguros são algumas das facilidades oferecidas. A Credicorol está presente no escritório central da Corol em Rolândia e em mais 22 entrepostos.

Eliseu de Paula, presidente da cooperativa de Credicorol e da Corol, afirma em sua mensagem aos associados que a cooperativa “conseguiu, com sua estrutura enxuta e uma gestão eficiente, elevar o número de associados para 3.089, alcançar rentabilidade sobre o patrimônio líquido de 14,75%, além das sobras do exercício de mais de R\$ 2,3 milhões”.



Foto: Assessoria Corol

Eliseu de Paula, presidente da Credicorol

Credicatu, pequena e equilibrada

Também a Credicatu, que funciona integrada com a Cofercatu, de Porecatu, é uma cooperativa de crédito rural independente e pauta sua atuação de forma equilibrada e com o pensamento voltado para seus cooperados. No último ano o

total do ativo somou R\$ 901.0915,49. É uma pequena cooperativa de crédito integrada por 204 associados. Fechou o ano com Patrimônio Líquido de R\$ 589.3234,41 e resultado de R\$ 36.166,94. As operações de crédito somaram R\$ 800.777,71.

Sistemas de crédito cooperativo organizados no Paraná (dez. 2006 e dez. 2007)*

ÍTEM	Associados		Cooperativas filiadas		Rec. administrados (milhões)		PL (milhões)		Empréstimos (milhões)		Resultado (milhões)	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
SISTEMA/ANO	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
UNICRED	8.772	10.086	6	6	215	237,56	92,36	138,8	122	158	18,42	22,23
SICOOB	38.691	45.759	19	19	273,21	349,18	56,13	69,19	196,9	216,35	3,61	10,08
SICREDI	237.067	262.922	27	28	1.473	2.016,37	265	317,5	850,36	1.187,06	13,06	15,97
CREDICOAMO	5.155	6.600	1	1	309	418,64	85,43	101,84	130,1	181,46	14,3	16,02
CREDICOOPAVEL	3.819	3.985	1	1	43	50,98	10,83	12,97	22,78	29,95	2,02	2,35
CREDICOROL	3.078	3.089	1	1	55	75,24	16,53	18,27	10,6	23,80	2,56	2,36
CREDICATU	204	204	1	1	1	0,90	0,54	0,58	1,43	1,71	0,23	0,36
TOTAL	296.786	332.645	56	57	2.369	3.148,87	434,46	659,15	1334,17	1798,33	54,2	69,37

* Não estão contabilizados nesta tabela os dados das cooperativas de crédito mútuo do Paraná

Todos os dias,
colocando
qualidade e beleza
à sua mesa.



www.cvale.com.br



Fotos: Assessoria Ocepar

Oportunidade e inclusão social

Sescoop-PR intensifica ações em parceria com cooperativas para inserção de jovens no mercado de trabalho

Até o início desse ano, a internet e o mundo digital estavam distantes da realidade de Camila Marques dos Santos, 16 anos. De família carente da periferia de Maringá, norte do Paraná, Camila não dispunha de recursos para ter um computador em casa. Desde fevereiro, ela começou a se integrar ao universo digital, acessando a internet e aprendendo a utilizar um computador.

Camila e outros 41 adolescentes fazem parte do grupo incluído pela Cocamar no programa Jovem Aprendiz Cooperativo. Desenvolvido pelo Sescoop-PR e implantado em parceria com cooperativas e instituições de ensino, o projeto visa preparar jovens para o mercado de trabalho. Em todo o Paraná, já são 15 cooperativas parceiras. Em 2007 foram atendidos 181 jovens, com um índice

de contratação efetiva de aproximadamente 30%. O Programa Jovem Aprendiz Cooperativo foi criado em 2005, como forma de adaptar ao setor cooperativista às exigências da Lei 10097/2000 e o Decreto 5598/2005, que determina que estabelecimentos "são obrigados a empregar e matricular, nos cursos do Sistema Nacional de Aprendizagem, número de aprendizes equivalente a 5%



Legenda: Turma de jovens aprendizes da Cocamar: inserção e responsabilidade social

no mínimo e 15% no máximo dos trabalhadores que emprega”. O aprendiz é o empregado com idade entre 14 anos completos e 24 anos incompletos, sujeitos à formação técnica e profissional, e que devem estar matriculados em curso mantido ou reconhecido pelos Serviços Nacionais de Aprendizagem, escolas técnicas de educação ou entidades sem fins lucrativos de assistência ao adolescente. Entre o aprendiz e as cooperativas se estabelece um contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado, com anotação na Carteira de Trabalho, não podendo exceder o período de dois anos.

Segundo a analista de Desenvolvimento Humano do Sescop-PR, Vanessa Christofoli de Castro, o programa de aprendizagem engloba um curso de 340 horas-aula, em matérias como cooperativismo, informática, administração, redação, cidadania e qualidade de vida, técnicas de comunicação, iniciação no

mercado de trabalho, entre outras. “O Jovem Aprendiz Cooperativo visa proporcionar competências básicas e específicas para o desempenho de atividades voltadas aos serviços administrativos das cooperativas. O programa tem também como objetivo contribuir para que o jovem aprendiz seja um cidadão ativo e participativo na comunidade”, explica.

De acordo com o gerente de Desenvolvimento Humano do Sescop-PR, Leonardo Boesche, o programa tem tido resultados positivos. “O Jovem Aprendiz Cooperativo tem uma amplitude social importante, porque prepara jovens para o mercado de trabalho e gera oportunidades. Mesmo os aprendizes que não são contratados ao fim do curso, estão mais preparados para buscar o seu espaço e iniciar numa profissão”, afirma. “Outro diferencial do programa é a preparação dos professores, que conhecem o cooperativismo e seus princípios e recebem informações detalhadas sobre o setor cooperativista”, prossegue.

Para Camila, que sonha ser psicóloga, são poucas as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. “As empresas exigem conhecimento e experiência. Estou aprendendo a trabalhar com o computador e também já estou “navegando” na internet. Tenho dificuldade em digitar, por isso treino em casa com um teclado que não funciona, para praticar. Quero crescer e conquistar o meu espaço para ser efetivada na cooperativa”, diz.

A chance de um bom emprego, que Camila segue buscando, outros jovens já aproveitaram e abriram caminhos numa profissão e muitos até já iniciaram uma promissora carreira. Na Cocamar, dos adolescentes que participaram do



Bruna Marques Alves, 17 anos. (Contratada)
“Vou terminar o ensino médio e tentar o vestibular para cursar uma faculdade. Quero investir no meu futuro profissional”

programa bienal 2006/2007, cerca de sete foram contratados e efetivados no quadro funcional da cooperativa. É o caso de Dalma de Carvalho Harthman, 18 anos, que atua como auxiliar administrativa no setor comercial de insumos da cooperativa. “Quando fui selecionada para o programa não tinha dimensão do que realmente queria para o meu futuro profissional. O curso me abriu horizontes e hoje tenho mais responsabilidade e sei o que quero. Vou fazer faculdade de administração e pretendo crescer ainda mais aqui na Cocamar”, planeja. Para os adolescentes que estão iniciando no programa, Dalma recomenda dedicação e estudo. “Agarrem esta oportunidade com unhas e dentes, porque é uma experiência muito importante para o jovem”, diz.

O colega de curso de Dalma concorda. Douglas Médice Valin, 17 anos, também foi efetivado após o término do programa. “Entrei recentemente na faculdade de administração e também pretendo fazer pós-graduação. O Jovem Aprendiz foi fundamental, pois me ofereceu a oportunidade do primeiro emprego”, relata.

Para a turma que iniciou em fevereiro, a Cocamar incluiu jovens carentes assistidos por uma instituição de apoio. Os critérios seletivos exigem que o jovem esteja matriculado e estudando. ▶

“Aceitamos um desafio que fará com que o programa Jovem Aprendiz Cooperativo tenha ainda maior amplitude social. Os adolescentes inseridos têm históricos familiares e educacionais mais complexos, têm menor poder aquisitivo, vivem em áreas de risco e possuem menos oportunidades que os demais jovens que treinamos em anos anteriores”, explica a coordenadora de Desenvolvimento Humano e Social da Cocamar, Adriana Pierini. “Muitas das meninas incluídas no projeto já são mães. A especificidade dessa nova turma exige muito mais dos gestores e professores. Por isso, foram criados módulos complementares aos previstos no programa, com temas sobre comportamento, liderança, postura ética e higiene, entre outros”, continua.

Outro aspecto que a Cocamar, o Sescop-PR e demais parceiros vão enfatizar junto a esta turma é um trabalho de multiplicação, ou seja, para que os aprendizes levem estes conhecimentos para mais pessoas em suas comunidades. “A idéia é formar grupos de jovens que atuem com mais presença no seu bairro, no seu círculo social, e repassem as informações que aprenderam no curso para mais pessoas”, relata Adriana.



Camila Marques dos Santos, 16 anos. (Aprendiz) “Estou aprendendo a trabalhar com o computador e também já estou “navegando” na internet. Quero crescer e ser efetivada na cooperativa”

Responsabilidade social

De acordo com a procuradora regional do Ministério Público do Trabalho, Neli Andonini, a Cocamar está cumprindo não apenas o que determina a lei, mas atuando como indutora da inserção de jovens carentes no mercado de trabalho. “É uma ação de responsabilidade social e que contempla mais de 10 artigos constitucionais com respeito à cidadania e direitos dos adolescentes. É muito importante quando percebemos ações como essa “saindo do papel” para tornar-se realidade”,

observa. Segundo a procuradora, em Maringá atualmente 400 jovens estão inseridos no Jovem Aprendiz em diferentes setores empresariais. “Prendemos incluir outros 250 jovens do município no programa e para isso vamos intensificar o trabalho em parceria com o Sescop-PR e demais entidades do Serviço S”, conclui. No município, o Jovem Aprendiz Cooperativo conta atualmente com 60 adolescentes, inseridos por meio das cooperativas Cocamar, Sicredi, Uniodonto e Sicoob.



Luiz Henrique Perassoli, 16 anos. (Aprendiz) “Estou me dedicando e até cortei o cabelo quando fui chamado para trabalhar”

Paraná pode contratar 200 mil aprendizes

Segundo a procuradora do Ministério Público do Trabalho, Mariane Josviak, o Paraná tem 16 mil jovens aprendizes. “Avanços estão ocorrendo, com a criação de novos cursos e com o aumento de inserção através do Sistema S, mas ainda é insuficiente se considerarmos a população economicamente ativa do Estado, que está em torno de 2 milhões. Estimamos que o ideal seria termos entre 150 mil e 200 mil jovens e adolescentes inseridos no programa em diversos setores e atividades”, afirma.

Na opinião da auditora fiscal do trabalho, da Delegacia Regional do Trabalho no Paraná (DRT/PR), Regina Oleski, as ações no Estado se desenvolvem em parceria com o Sistema S, com a observação constante das mudanças no mercado de trabalho. “Buscamos sempre trabalhar com uma visão positiva de desenvolvimento da aprendizagem. A DRT tem informações e o perfil de cada setor da economia. O trabalho com o Sescop-PR vem melhorando e está se aprofundando a cada ano”, conclui.

Rodízio de aprendizado

Na Cocari, os adolescentes incluídos no programa passam por um rodízio, mudando de setor a cada três meses. “O objetivo é fazer com que o aprendiz tenha um conhecimento geral das diversas áreas administrativas da cooperativa e também possa identificar com mais acerto a atividade na qual pretende atuar”, explica o gerente de Recursos Humanos da Cocari, Angelo Trintinalha. Atualmente 34 jovens participam do programa na cooperativa. Na edição passada do projeto foram 19, sendo que cinco adolescentes foram efetivados. Foi o que aconteceu com Sérgio Aparecido Ferreira, 18 anos, que chegou a ser zagueiro da equipe juvenil do Londrina. Quando as dificuldades do esporte o fizeram desistir, o programa Jovem Aprendiz Cooperativo surgiu com novas possibilidades para o seu futuro profissional. “Participar do projeto abriu caminhos para que me situasse de uma forma mais responsável com relação à minha carreira. Hoje, estudo

o primeiro ano da faculdade de contabilidade e atuo no almoxarifado da cooperativa. Foi meu primeiro emprego e me aperfeiçoar e crescer na Cocari”, afirma.

Outro exemplo positivo é o de Bruna Marques Alves, 17 anos, que descobriu uma inesperada carreira. “Nunca imaginei que um dia trabalharia num laboratório de análises de sementes. Foi o Jovem Aprendiz que me ofereceu a possibilidade de conhecer essa atividade, com a qual me identifiquei”, conta Bruna, que antes havia trabalhado num salão de beleza e agora pensa em investir no futuro profissional. “Vou terminar o ensino médio e tentar o vestibular para cursar uma faculdade. A convivência com os demais colaboradores sempre foi excelente na Cocari, pois durante os dois anos em que fui aprendiz todos estavam à disposição para esclarecer minhas dúvidas e dificuldades”, lembra.



Dalma de Carvalho Harthman, 18 anos, e Douglas Médice Valin, 17 anos (Contratados) “Jovem Aprendiz Cooperativo: responsabilidade e novos horizontes no mercado de trabalho”

Um dos jovens que iniciou na Cocari na turma 2008/2009 é Luiz Henrique Perassoli, 16 anos, que se espelha nos bons exemplos para tentar conquistar espaço na sua primeira experiência profissional. “Estou desde janeiro trabalhando e aprendendo no dia-a-dia da cooperativa. Minha expectativa é melhorar sempre e ser efetivado como colaborador da Cocari. Estou me dedicando e até cortei o cabelo quando fui chamado para trabalhar”, relata.

Copacol inicia 3ª turma

A Copacol lançou no mês de fevereiro a 3ª turma do programa Jovem Aprendiz Cooperativo. O evento realizado no auditório da cooperativa em Cafelândia, oeste do Paraná, contou com a presença de representantes da Copacol, dos 20 jovens aprendizes acompanhados de seus pais, de representantes do Sescop-PR e da Faculdade Única, parceiros na realização do programa. Além de cumprir com seu Programa de Responsabilidade Social, inserido no Projeto DNA Copacol 1/40/5 e atender às exigências legais que regulamentam a contratação de aprendizes, a cooperativa, juntamente com as entidades parceiras, atua para proporcionar a inclusão dos jovens no mercado de trabalho e garantir assim um futuro melhor para todos os aprendizes, que terão mais oportunidades profissionais.



Suellen Gabriel, 18 anos. (Aprendiz) “Sonho ser uma jornalista, mas no momento quero ampliar meus conhecimentos e aproveitar a oportunidade que o Jovem Aprendiz me oferece”

Nova turma de jovens aprendizes na C.Vale

Trinta jovens com idade entre 14 e 17 anos começaram a trabalhar, oficialmente, na C.Vale no dia 24 de março. Eles fazem parte da segunda turma do programa Jovem Aprendiz Cooperativo e cumprirão contrato de trabalho de dois anos. Em evento organizado pelo Departamento de Recursos Humanos da cooperativa, os adolescentes receberam as carteiras de trabalho com o registro da contratação pela C.Vale. Para esta nova turma, 239 jovens inscreveram-se durante o processo de seleção do programa. Os 30 contratados passaram por prova escrita, dinâmica de grupo e entrevistas individuais. Os jovens aprendizes cumprirão jornada de 20 horas semanais na cooperativa em períodos que não coincidam com os horários de aula. Eles terão, ainda, outras quatro horas de aulas aos sábados sobre atendimento, cooperativismo, informática e comunicação. O programa Jovem Aprendiz é desenvolvido em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop-PR).



Sérgio Aparecido Ferreira, 18 anos. (Contratado) "Ter sido um Jovem Aprendiz abriu caminhos no mercado de trabalho. Estou no 1º ano da faculdade de contabilidade e pretendo me aperfeiçoar e crescer como pessoa e profissional"

SAIBA MAIS...

Cooperativas que aderiram ao Jovem Aprendiz Cooperativo:

C.Vale, Coagel, Cerme, Coagru, Cocamar, Cocari, Copacol, Copagril, Cotriguaçu, Frimesa, Lar, Sicredi, Unimed, Sicoob, Uniodonto

181

Jovens Aprendizes treinados pelas cooperativas em 2007

30%

é o índice de efetivação do Jovem Aprendiz

Municípios atendidos:

Cafelândia, Goioerê, Marechal Cândido Rondon, Mandaguari, Maringá, Medianeira, Palotina, Ubitatã



Dr. Carlos Augusto Marques, diretor financeiro da Unimed Ponta Grossa é quem coordena o Comitê Estadual



Federação cria Comitê de Recursos Próprios

Comitê quer avaliar as necessidades das cooperativas singulares do estado

A viabilidade econômica para a implantação de Recursos Próprios nas Unimeds passa pela compreensão de diversas condicionantes de mercado. Pensando nisso, a Federação das Unimeds do Estado do Paraná criou, recentemente, o Comitê de Recursos Próprios. Coordenado pelo médico Carlos Augusto Marques, ex-diretor-presidente e atual diretor-financeiro da Unimed Ponta Grossa e composto por representantes das Unimeds das quatro regiões do estado, o Comitê tem por objetivo fazer o levantamento e o estudo da viabilidade de recursos próprios no Sistema Paranaense. “Ele (o Comitê) vai estudar a viabilidade da implantação de hospitais, laboratórios, ambulatorios, pronto-atendimentos e outras clínicas auxiliares, nas regiões de atuação das cooperativas singulares do Paraná. Também é competência do Comitê avaliar sobre a criação de Serviços Próprios para atendimento nas áreas de Psicologia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, para atender as coberturas da RN 167 da ANS”, enfatiza.

Segundo o médico, a maior dificuldade para a implantação de serviços próprios prende-se a pequena experiência que temos no Paraná. “No estado, só temos Paranaguá, Foz do Iguaçu e Ponta Grossa contando com hospitais próprios, por exemplo”, explica. Entretanto, a experiência em outros estados tem mostrado que trabalhar com recursos próprios traz benefícios não apenas para a cooperativa, mas também para cooperados e



Fotos: Assessoria Unimed Paraná

Modernas instalações abrigam o Hospital Geral Unimed em Ponta Grossa

beneficiários. A cooperativa ganha com a fixação da marca, a fidelização do cliente e o melhor gerenciamento de custos de assistência médica, os cooperados têm a abertura de novos nichos de trabalho e os beneficiários têm à sua disposição serviços com a qualidade e segurança, que são características do Sistema Unimed.

Um exemplo é a Unimed de Maringá que inaugurou, recentemente, um Pronto-Atendimento (PA). Ele faz parte de um projeto de centralização dos serviços próprios da Cooperativa em um só lugar, o CIASU - Centro Integrado de Assistência à Saúde Unimed. O prédio tem 9.600 metros quadrados, dos quais 1.200 são para o PA. O local vai receber ainda a Clínica de Fisioterapia e Fonoaudiologia e outros serviços, que serão entregues à popula-

ção por etapas. Outro bom exemplo é o Hospital Geral Unimed (HGU), de Ponta Grossa. Inaugurado em novembro passado, ele nasceu da necessidade de se aumentar o número de leitos na cidade. Hoje, os beneficiários contam com mais 72 leitos e um novo, e moderno, Centro Cirúrgico. Em breve contarão, também, com 10 leitos de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) e um parque de diagnóstico por imagem (Tomografia, Ultra-sonografia, etc.). Atualmente, o hospital tem uma taxa de ocupação de 50%, mas com a implantação dos novos serviços, a expectativa é que esta taxa cresça e que rapidamente se atinja o equilíbrio econômico-financeiro do hospital e que ele deixe de necessitar de novos aportes da cooperativa. A experiência já é considerada um sucesso. ■



Fotos: Rodrigues Pozzebom

Proposta anunciada pelo governo deixou de fora pontos importantes para equalização das dívidas rurais

À espera de uma **SOLUÇÃO**

Os três primeiros meses do ano foram de muito trabalho para os parlamentares e líderes do setor produtivo que buscam, junto ao governo federal, uma solução definitiva para equacionar as dívidas rurais, muitas delas acumuladas há mais de 20 anos. A série de reuniões e discussões ocorridas no período, em que participaram a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Comissão da Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados (CAPADR), Comissão da Agricultura do Senado (CRA), Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop) e Frente Parlamentar da Agro-

pecuária (FPA), resultaram em alguns avanços, entre os quais, as medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e que prorrogam o prazo para o pagamento das parcelas com vencimento entre janeiro e 30 de junho de 2008. Poderão ser pagas apenas em 01 de julho, o que representa um prazo de espera de três meses, as parcelas das seguintes dívidas: as originárias do crédito rural e com risco do Tesouro Nacional, do Fundacafé e dos Fundos Constitucionais

O esforço maior, no entanto, se concentrou na construção de um amplo pacote de medidas para socorrer os produtores com dívidas nas diferentes linhas amparadas com recursos do Tesouro Nacional ou de Fundos Constituídos.

Foram várias reuniões, inclusive com os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Ministério de Desenvolvimento, Guilherme Cassel. Para proporcionar um melhor entendimento sobre as causas que provocaram o endividamento e sobre a real situação do endividamento, foi entregue aos ministros um documento com propostas para equacionar as dívidas.

Depois de tudo isso, restou apenas aguardar com expectativa o anúncio do governo, o que acabou ocorrendo na noite de terça-feira do dia 25 de março, depois de um dia de intensa mobilização em Brasília, em que, a convite das entidades, agricultores do Brasil inteiro



Lideranças e produtores rurais fazem vigília em frente ao Ministério da Fazenda

fizeram vigília à espera da divulgação. Mas o que os parlamentares, líderes do setor produtivo e agricultores ouviram dos ministros, da Agricultura, Reinhold Stephanes, da Fazenda, Guido Mantega, e do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, não foi o esperado.

A proposta contempla somente R\$ 56,2 bilhões do montante total de R\$ 87,5 bilhões estimado pela área econômica. Também incentiva o pagamento antecipado dos débitos, reduz juros, retira encargos e favorece o equacionamento do passivo conforme o porte e a capacidade de renda do produtor.

“O aspecto positivo é que abrimos um canal de negociação direto com o governo e na proposta apresentada ainda cabem sugestões necessárias para que consigamos de uma vez por todas uma solução ao endividamento no campo. No entanto, há alguns pontos que precisam ser reformulados”, avalia o presidente

do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, que representa a OCB no Grupo de Trabalho que, desde o ano passado, tenta uma renegociação com o governo. “Dos R\$ 87 bilhões de dívidas dos agricultores, R\$ 40 bilhões vencem entre 2008 e 2011 e é preciso, portanto, que este estoque de dívidas seja diluído a partir de 2011 para que efetivamente o agricultor possa honrar seu pagamento”, pondera Koslovski.

Diante disso, os parlamentares e lideranças do setor produtivo prepararam uma nova proposta, enviada posteriormente aos ministros Guido Mantega e Reinhold Stephanes. “Após a análise da equipe técnica, verificou-se que alguns pontos importantes, que efetivamente poderiam equalizar a dívida, não foram contemplados. Uma das preocupações, por exemplo, é que as renegociações abrangem somente as dívidas com risco da União. Ficaram de fora as dívidas com

Propostas do Governo

No bojo das medidas do governo para reestruturação do endividamento rural, que variam por programa e tipo de cada grupo de dívidas, destacam-se:

- redução dos encargos de inadimplemento incidentes sobre o saldo devedor vencido;
- diluição do saldo devedor vencido nas parcelas vincendas;
- concessão de prazo adicional para pagamento de algumas dívidas;
- redução das taxas de juros das operações com encargos mais elevados;
- concessão de desconto para liquidação das operações antigas com risco da União.

risco dos bancos privados”, lembrou.

O documento encaminhado aos ministros destaca o fato de que, de forma geral, a proposta do governo desconsiderou o atual nível de descapitalização e de rentabilidade do setor, o que inviabiliza a operacionalização das medidas anunciadas pelo executivo. Somam-se a esse fator: os exíguos prazos para a liquidação dos contratos; a ausência de carência para o pagamento da primeira parcela; e a manutenção das elevadas taxas de juros, que em muito pouco contribuirão para reduzir a incapacidade de pagamento pelos agricultores.

Em resposta à reação causada pelas medidas, o ministro Reinhold Stephanes reconheceu que a proposta do governo ainda não é definitiva. “Haverá ainda outras reuniões com representantes dos produtores rurais. Vamos analisar as sugestões e esperamos chegar a um consenso”, disse o ministro. ■

Setor produtivo contrapõe

Confira a seguir as propostas elaboradas pela OCB, CNA, CAPADR, CRA, Frencoop e FPA e que foram encaminhadas aos ministérios da Fazenda e Agricultura, com o objetivo de complementar as medidas anunciadas pelo governo:

a. Redução das Taxa de juros: determinar taxas compatíveis com a rentabilidade do setor, de forma a possibilitar o fortalecimento econômico do produtor, conforme os preceitos da Lei 4.829, de 1965.

b. Prazo para pagamento: é imprescindível estabelecer prazo de amortização de até 17 anos, considerando o comprometimento máximo anual de 5% da produção bruta.

c. Saldo da dívida: Depuração justa das dívidas, incluindo a renegociação de todos os programas de crédito rural, renegociados anteriormente ou não, sob juízo ou não, com risco da União e do setor privado.

d. Prazo de carência: a rentabilidade atual exige que seja estabelecido pelo menos um ano para o início do pagamento do saldo renegociado.



Fotos: Assessoria Ocepar

Ocepar apresenta propostas ao Mapa

Documento, que sugere ações para dar garantia de renda e proteção aos produtores brasileiros, foi entregue ao ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes

O presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, entregou ao ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Reinhold Stephanes, um documento com propostas de curto prazo e que visam dar proteção e estabilização de renda aos produtores, principalmente nos períodos de crises causados por perdas de produção e queda nos preços. “O objetivo é iniciar a implementação de um Programa de Garantia de Renda que permita superar os períodos de crises que se

repetem ciclicamente na agropecuária”, afirmou Koslovski. A entrega do documento aconteceu na sede da Ocepar, no dia 10 de março, durante reunião da diretoria. Além da presença do ministro, o encontro contou com a participação de dezenas de presidentes de cooperativas paranaenses.

De acordo com o ministro Stephanes, “são as cooperativas que efetivamente produzem e comercializam, e são elas que conseguem transmitir melhor o que precisam. Recebemos uma pauta de

assuntos do interesse do produtor e das cooperativas. Vamos analisá-la e, possivelmente, iremos incorporar muitos dos itens sugeridos ao plano safra deste ano”, disse.

Propostas das cooperativas para a agropecuária

Fundo de catástrofe – Criação de um fundo de catástrofe para o setor rural, visando viabilizar o resseguro, com recursos oriundos do tesouro nacional e de

cobrança de taxas sobre todos os prêmios dos seguros feitos no Brasil. Este fundo deve ser de fácil acesso às seguradoras para que estas possam pagar os sinistros aos produtores rurais, em caso de catástrofe, de forma rápida e eficiente.

Proteção ao Crédito Rural – Apoiar a aprovação do Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural (FAP-CR). A medida foi proposta porque a ausência de um fundo de produção ao crédito para a agropecuária comercial reduz a capacidade dos produtores de realizarem operações de financiamentos e inibe os agentes financeiros de realizarem maiores empréstimos para o setor rural. Atualmente, apenas 23% das necessidades de recursos para o plantio da safra são financiados pelo sistema financeiro. Adicionalmente a essa restrição, a renegociação de dívidas e os financiamentos exauriram a capacidade dos produtores em fornecer garantias reais para a realização de novos financiamentos.

Equalização de preço – Criar um programa de equalização de preços (Prêmio de Suporte de Preços) que assegure aos produtores rurais o pagamento da diferença entre o preço mínimo de garantia fixado pelo governo e o preço de mercado dos produtos agrícolas. O programa de pagamentos das diferenças será acionado sempre que o preço de mercado estiver abaixo do preço mínimo na região do beneficiário. O pagamento será efetuado sobre área pré-cadastrada, mediante a comprovação da compra de sementes e insumos e acompanhamento técnico ao produtor rural que deseja acessar os recursos do programa. Neste cadastro deverá constar o histórico recente da propriedade, as culturas e as produtividades médias obtidas nos últimos 5 anos, bem como as culturas que pretende plantar e suas respectivas áreas. A viabilização do programa será através da criação de um fundo de sustentação da renda agrícola com recursos orçamentários e com parcela dos recursos oriundos do imposto de importação de produtos e insumos agrícolas arrecadados pelo governo e destinados a dar suporte às demandas do programa.

Seguro de preço – As opções



O presidente da Ocepar detalhou ao ministro as sugestões do setor cooperativista para assegurar rentabilidade e desenvolvimento ao campo

privadas consistem em um importante mecanismo alternativo aos instrumentos do governo para a garantia de um preço remunerador ao produtor visando garantia de renda. Embora as opções privadas possam exercer um importante papel, o prêmio pago pelo seguro de preço pode ser oneroso para o produtor o que o impediria de aderir. Para ajustar as opções privadas às necessidades do produtor, propõe-se alocar recursos para subvenção ao prêmio dos contratos de opção privados. A proposta prevê que o preço de exercício do contrato de opção seja fixado com base no custo operacional da região produtora a que pertence o produtor, divulgado pela Conab, acrescentado de 10% a título de garantia de renda ao produtor.

Crédito rotativo – O acesso ao crédito no momento oportuno, ainda é um grave problema enfrentado pelos agricultores brasileiros. No processo de obtenção do crédito o produtor é submetido a um processo desgastante, existindo necessidade de fazer um projeto a cada novo plantio. A desburocratização deste processo é de fundamental importância para o desenvolvimento agrícola nacio-

nal. A proposta da Ocepar é implementar o acesso ao crédito rotativo em nome do produtor rural, com limite máximo de crédito fixado pelo sistema financeiro, com garantias concedidas pelo produtor e validade de 5 anos.

Outras medidas – O documento entregue ao ministro Stephanes contempla ainda as seguintes propostas: alocação de recursos para comercialização de, no mínimo, 25% da safra com recursos das Operações Oficiais de Crédito; reduzir as taxas de juros do crédito rural para 4,5% ao ano, com a finalidade de alinhá-la com a tendência de queda das demais taxas de juros da economia; e Cabotagem e Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM). Para este último são propostas as seguintes medidas: permitir a utilização de embarcações com bandeira estrangeira para a navegação de cabotagem para transporte de produtos agrícolas ao longo da costa brasileira; isentar a cobrança de AFRMM no transporte por cabotagem de produtos agropecuários e de alimentos; e conceder incentivos fiscais federais e estaduais para a utilização do modal marítimo de cabotagem. ■



Foto: Assessoria Ocepar

Um plano para impulsionar o trigo

Até 2012, meta é fazer produção nacional responder por 60% da demanda brasileira

O Sistema Ocepar e as cooperativas do Paraná encaminharam ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) as propostas do setor para a triticultura brasileira. O objetivo das sugestões é contribuir para a criação de um plano para que a produção de trigo volte a crescer no país. A idéia começou a ser formatada em reunião no dia 5 de março, na sede da Ocepar em Curitiba, que contou com a presença de representantes dos produtores, do governo e da indústria. A meta é definir ações para os próximos cinco anos e fazer com que a produção nacional responda por 60% da demanda do país até 2012, atingindo 7,1 milhões de toneladas. O encontro foi aberto pelo superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken, que citou um dos pontos principais da proposta cooperativista. “O produtor brasileiro precisa ter garantia de renda e liquidez na comercialização do trigo. É necessário mais segurança para que os agricultores possam intensificar a produção, diminuindo os impactos negativos da importação para o país”, disse.

Em 2007, a produção nacional atendeu a 37% do consumo, obrigando o país a importar 7,4 milhões de toneladas de trigo e farinha, o que gerou um custo na balança comercial de US\$ 1,6 bilhão. “Entre as propostas defendidas pela Ocepar estão a garantia de preço mínimo, redução de juros de custeio de 6,75% para 4,5% ao ano, seguro agrícola, salvaguardas contra importações e fim do monopólio na navegação de cabotagem em águas brasileiras”, explicou Ricken.

A reunião, convocada pelo Ministério da Agricultura (Mapa), foi sugerida ao ministro Reinhold Stephanes durante uma audiência com o setor produtivo em janeiro. Participaram do encontro na Ocepar o coordenador da Cadeia Produtiva do Trigo e Culturas de Inverno do Mapa, Rui Polidoro, o diretor do Departamento de Comercialização e Abastecimento Agrícola e Pecuário, José Maria dos Anjos, o diretor do Departamento de Assuntos Comerciais, Benedito Rosa do Espírito Santo e o coordenador geral, Silvio Farnese, todos do Mapa, e Francisco Simioni, chefe do Deral da Secre-

taria de Agricultura e Abastecimento do Paraná. Também estiveram presentes o diretor do Banco do Brasil, José Carlos Vaz, a técnica da OCB, Flávia Andrade Zerbinato Martins, além de representantes da indústria de Trigo, cooperativas, CNA, Faep, Ctrin, Apasem, Abrasem, Embrapa Trigo, Iapar, Cati, e Fecoagro de vários estados do Brasil. ■

Propostas das cooperativas

- Ajustes na política de garantia de preço mínimo
- Redução de juros de custeio para 4,5% ao ano
- Seguro agrícola
- Salvaguardas contra importações
- *Fim do monopólio na navegação de cabotagem
- Mais recursos para produção de sementes
- Mais investimentos em pesquisa



VAI ENERGIA AI?



100%



saudável por natureza
www.cocamar.com.br

Agenda

Legislativa do

Cooperativismo em 2008

Edição deste ano traz 50 proposições consideradas prioritárias, sendo 30 inéditas, e que tramitam no Congresso e no Senado

Lei Cooperativista, Ato Cooperativo, além de temas que dizem respeito ao cooperativismo de crédito, trabalho e consumo, são algumas das prioridades da Agenda Legislativa do Cooperativismo 2008. “Temos uma pendência muito séria que é o marco legal regulatório. Precisamos definir de uma vez por toda o Ato Cooperativo, sua abrangência, sua tributação”, afirmou o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas.

O lançamento da Agenda Legislativa aconteceu no dia 12 de março, em Brasília, num encontro promovido pela OCB e pela Frente Parlamentar do Cooperativismo (Frencoop), e contou com a participação de 50 deputados federais, senadores e dirigentes cooperativistas, entre eles o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski. O dirigente afirma que encontros como estes facilita para que sejam esclarecidas algumas dúvidas sobre este ou aquele projeto que o parlamentar esteja acompanhando. “Com a bancada paranaense temos realizado diversos encontros para debater os principais assuntos de interesse. Muitas ações positivas já aconteceram em favor das cooperativas, não só do Paraná como do restante do país. Precisamos nos aproximar mais do”, frisou Koslovski. Prestigiaram o evento, os deputados federais do Paraná, Osmar Serraglio, 1º Secretário da Câmara Fede-

ral, Eduardo Sciarra, Moacir Micheletto, Alex Canziani, Ricardo Barros, Abelardo Lupion, Assis Miguel do Couto e o coordenador do ramo agropecuário da OCB, Luiz Roberto Baggio, presidente da cooperativa Bom Jesus, com sede na Lapa (PR).

O presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas entregou ao presidente da Frencoop, deputado Odacir Zonta, uma publicação com toda a Agenda Legislativa do Cooperativismo 2008. O evento contou também com as presenças do presidente da Comissão de Agricultura da Câmara, deputado Onyx Lorenzoni e do presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, deputado Valtir Colatto, presidente da Frente Parlamentar da Agricultura.

Este é o segundo ano que a OCB, com o apoio da Frencoop, lança uma Agenda, sintetizando as principais matérias legislativas de interesse das cooperativas para balizar a atuação de deputados e senadores no Congresso Nacional. A edição de 2008 traz 50 proposições consideradas prioritárias para o cooperativismo brasileiro, sendo 30 inéditas, e que tratam de temas relacionados às áreas de tributação, infra-estrutura e transporte, previdência; incentivo, capacitação e educação cooperativista; produção rural, atuação e negócio cooperativo.

Segundo o presidente da Frencoop, Odacir Zonta, cinco proposições da Agen-

da têm prioridade no âmbito da Frencoop. “O Ato Cooperativo é o primeiro deles. É a vida do cooperativismo. O segundo é o Projeto n.º 003, que está no Senado, já que a do Ato Cooperativo está na Câmara. É nova lei cooperativista. O terceiro é o Projeto n.º 7.009 que trata do reconhecimento do Ato Cooperativo das Cooperativas de Trabalho”, disse.

O presidente da Frencoop anunciou ainda a realização este ano de no mínimo três seminários no Congresso Nacional, para tratar de temas específicos para a conscientização cooperativista. Conforme Zonta, a presença de todas as autoridades e lideranças de cada segmento será importante para dar conhecimento ao Congresso Nacional dos avanços e carências do setor. “Vamos fazer um grande mutirão no processo de desenvolvimento do Brasil, com inclusão social, e por meio do cooperativismo”, disse, assinalando que o cooperativismo é a alternativa de desenvolvimento e modelo socialmente mais justo.

Conquistas – Ao fazer um balanço dos resultados da Agenda em 2007, o presidente da OCB, Márcio Lopes Freitas, ressaltou que, entre as principais conquistas do setor no ambiente legislativo estão a destinação da arrecadação de 2,5% das cooperativas de crédito para o Sescoop e a aprovação do Projeto de Lei (PL) 7009/06, que regulamenta as cooperativas do Ramo Trabalho. ■



Zonta recebe de Márcio exemplar da Agenda

Quem trabalha no
que gosta trabalha feliz.
Quem trabalha feliz cresce.
Quem cresce ajuda os
outros a crescer.

Assim fica fácil entender porque ficamos tão
orgulhosos com esta conquista.

GREAT
PLACE
TO
WORK®

MELHORES
EMPRESAS
PARA
TRABALHAR

BRASIL

2 0 0 7

O SICREDI acaba de ser reconhecido como uma das 100
Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, segundo
Great Place to Work e Revista Época.

E o nosso orgulho é tão grande, que fazemos questão
de dividir com nossos associados e colaboradores de
todo o Brasil. Afinal, ninguém melhor que a gente para
saber que, quando um ganha, a vitória é de todos.

Gente
que coopera
cresce



SICREDI

www.sicredi.com.br

Grandes extensões de terra, a perder de vista, com plantações de soja e milho são uma visão muito comum no Cerrado

Um mar de soja e milho

Levantamento feito por técnicos da Ocepar e da Faep e jornalistas da Gazeta do Povo mostra que o Cerrado brasileiro pode triplicar produção de grãos

Que o cerrado brasileiro é a mais nova fronteira agrícola do país, isto ninguém mais duvida. A surpresa está nos números. Juntos, Tocantins, Maranhão, Piauí e Bahia, que plantam hoje 3,5 milhões de hectares de soja e milho, podem incorporar mais 6,5 milhões de hectares. Ou seja, a região tem potencial para triplicar a área de grãos. Se considerar as culturas de arroz, algodão, feijão, café e a pecuária de corte, atividades que também são exploradas na região, o potencial produtivo do Cerrado aumenta ainda mais.

Esta foi a principal conclusão da Expedição Caminhos do Campo que novamente saiu a campo nos meses de fevereiro e março com a missão de levantar informações sobre a safra 2007/08. A

Expedição é um levantamento técnico-jornalístico inédito da produção brasileira, realizado pelo jornal Gazeta do Povo, em parceria com o Sistema Ocepar e Federação da Agricultura do Paraná (Faep). Nesta segunda fase, a equipe de técnicos e jornalistas visitou as principais regiões produtoras do Cerrado Brasileiro.

Durante 17 dias, o grupo percorreu 9 mil quilômetros, passou por quatro estados e 18 municípios, visitou o Porto de Itaquí (São Luís – MA), a Ferrovia Norte-Sul (MA-TO-GO) e conversou com produtores, cooperativas, sindicatos e outros agentes da cadeia produtiva do agronegócio. Em Brasília, a Expedição visitou a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e da Em-

baixada dos Estados Unidos, onde o grupo foi recebido por Elizabeth Autry, adida do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

A programação também incluiu um encontro com o Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Reinhold Stephanes, que validou os números apurados pela equipe. Na avaliação do ministro, “essa nova fronteira, necessariamente, vai acontecer”. Ele acredita que o ritmo desse avanço vai depender de preço e mercado, e que isso será inevitável, com ou sem a participação do governo. Stephanes destaca, no entanto, que o poder público tem consciência de que precisa criar as condições para que isso ocorra.

O Cerrado possui 204 milhões de

O paranaense Manoel H. Pereira Jr., produtor no Maranhão, a espera de chuva para sua lavoura de soja



hectares e abrange dez estados do Brasil Central. “As estatísticas mostram que é possível triplicar a área plantada de milho e soja no prazo de 10 anos. Porém, trata-se de uma previsão, e como tal pode ocorrer mais rapidamente ou nem chegar a acontecer, pois tudo dependerá dos preços dos grãos nos próximos anos. A expansão também depende do clima e de investimentos em pesquisa e em infra-estrutura. Esses investimentos são necessários porque as condições de escoamento e armazenagem de grãos ainda são precárias. A esperança para resolver os problemas de logística está na conclusão da Ferrovia Norte-Sul, que vai ligar Anapólis, em Goiás, a Açailândia, no Maranhão, e Belém, no Pará”, diz o analista econômico do Sistema Ocepar, Robson Mafioletti, que integrou a equipe da Expedição.

Clima, estrutura fundiária, valor da terra e logística foram algumas das informações apuradas pela Expedição, que passou Luís Eduardo Magalhães, no oeste

da Bahia, onde a equipe se deparou com uma visão comum no Cerrado Brasileiro, mas muito marcante, que os agricultores definem como o “mar de soja e milho, de se perder de vista”.

O roteiro também incluiu Anapurus (MA), a 300 km de São Luis, onde a Expedição conversou com o produtor Manoel H. Pereira Jr., de Ponta Grossa, que na ocasião estava no aguardo de chuva para sua lavoura de soja. A equipe passou ainda por Rios dos Bois (TO), onde participou de um dia de campo na Fazenda Bons Amigos com um grupo de produtores paranaenses.

Aliás, a presença de paranaenses na região também é algo que impressiona. Segundo Robson Mafioletti, estima-se que mais de 40% dos produtores do Cerrado são paranaenses. “Em alguns estados a presença de paranaenses é ainda mais marcante. Calcula-se que na região de Guaraí, no Tocantins, por exemplo, pelo menos 70% dos agricultores sejam do Paraná”, diz. ■



Grupo de produtores paranaenses em dia de campo no Tocantins. Maioria dos agricultores da região saiu do Paraná para ganhar a vida no Cerrado

NOVA FRONTEIRA

Na 2.ª fase do levantamento da safra de grãos 2007/08, a Expedição Caminhos do Campo visitou as principais regiões produtoras do Cerrado brasileiro, em quatro estados do Centro-Norte do país, mais o Distrito Federal.



Prova dos nove

Nesta semana começa a sondagem no Paraná. A Expedição refaz o circuito da 1.ª fase para verificar se as previsões iniciais se confirmaram.



Pé na estrada

Terminada a coleta de informações no Cerrado, a Expedição Caminhos do Campo voltou sua atenção para o Paraná. No dia 10 de março, a equipe saiu novamente em viagem, desta vez para refazer o circuito paranaense percorrido na primeira fase da Expedição. O objetivo dos técnicos e jornalistas foi verificar o desempenho da safra de verão e verificar se os números apurados no início do plantio se confirmaram. A viagem começou pelos Campos Gerais e percorreu todas as regiões do Paraná. O levantamento final foi publicado no suplemento Caminhos do Campo, do Jornal Gazeta do Povo, de 1.º de abril. Para conferir o trabalho basta acessar o site:

www.gazetadopovo.com.br/expedicaoocaminhosdocampo



INFOGRÁFICO: GAZETA DO POVO



Fotos: Assessoria Unimed Curitiba

Uma cooperativa socialmente responsável

Diversas foram as ações de responsabilidade social desenvolvidas pela Unimed Curitiba em 2007

Com objetivo de retribuir à comunidade a sua preferência e por acreditar que é possível melhorar a realidade social por meio de ações compartilhadas e educativas, a Unimed Curitiba desenvolve várias atividades de Responsabilidade Social e Ambiental. Anualmente mais de 100 mil pessoas são envolvidas, e neste ano o Verão Saúde, a 3ª Corrida Noturna e a Caminhada no Parque São Lourenço foram eventos

marcantes. Estes e outros projetos realizados pela Unimed Curitiba seguem as diretrizes do Selo de Responsabilidade Social do Sistema Unimed, que envolve todas cooperativas singulares do sistema cooperativo Unimed. Veja a seguir as principais ações desenvolvidas no ano de 2007.

Programa Mamãe & Bebê – Este programa é dedicado às mães e bebês nos primeiros dias após o parto. O

objetivo é assessorar as mães com orientações gerais sobre amamentação e sua importância, higienização e troca de fraldas, prevenção de assaduras, cuidados com o cordão umbilical e orientações para os primeiros banhos. Assim a mãe se sente mais segura e tranquila, permitindo-a desfrutar desta importante fase da vida. A orientação é feita por uma equipe de enfermagem especializada, em visita domiciliar.



Projeto Verão Saúde – Este projeto é uma parceria entre a Unimed Curitiba e a Prefeitura Municipal de Curitiba. Foi realizado nos parques São Lourenço, Jardim Botânico e Bacacheri, entre os dias 8 de janeiro a 16 de fevereiro de 2007. Neste período a população participou de atividades que visaram o estímulo à prática regular de exercícios físicos.

Corrida Noturna – A 3ª Corrida Noturna Unimed Curitiba, já é um marco na cidade. Nesta 3ª. Corrida Noturna, que é realizada à noite e tem um percurso de 10km, contou com a participação de mais de 1500 pessoas, e foi realizada em parceria com a Secretaria de Esportes da Prefeitura municipal e o Diretran. A inscrição foi um lata de leite e as mesmas foram doadas à Fundação de Ação Social da Prefeitura.

Caminhada – No dia 28 de outubro, numa atividade envolvendo os médicos cooperados e a comunidade, a Cooperativa promoveu uma Caminhada em Prol da Medicina Preventiva e da Qualidade de Vida no Parque São Lourenço. Além da caminhada, que contou

com a presença de aproximadamente 1000 pessoas, as pessoas puderam realizar a mensuração do Índice de Massa Corpórea a pressão arterial. Além disso foram distribuídos *folders* com dicas e orientações de Medicina Preventiva para ajudar no diagnóstico precoce e na prevenção de doenças, e para melhoria da qualidade de vida.

Programa Atividade – O Programa Atividade visa estimular a sociabilidade e a integração das Pessoas acima de 60 anos. O programa acontece duas vezes por semana e inclui caminhadas, ginástica com orientação de professores, atividades recreativas e palestras sobre prevenção e saúde em geral. Atualmente 300 pessoas estão inscritas.

Coleta seletiva – A Unimed Curitiba realiza na sua sede e em todas as unidades de atendimento a coleta seletiva. Todos os resíduos são selecionados em coletores específicos, e os mesmos são doados à ELO Agência Ambiental e Social, uma ONG que com a verba arrecadada com a venda dos resíduos e investe na capacitação profissional de jovens residentes em

áreas carentes.

Consumo Consciente – Numa atividade educativa envolvendo colaboradores, cooperados e fornecedores e preocupada com os recursos naturais, a Unimed Curitiba incentiva o uso racional de energia elétrica, água, papéis, meios de transporte e comunicação.

Sobre a cooperativa – A Unimed Curitiba foi fundada há 36 anos por médicos da capital paranaense, e hoje é uma das maiores cooperativas médicas do Brasil, e a maior operadora de saúde da Região Sul. O objetivo principal da Unimed Curitiba é disponibilizar a população a melhor opção para a promoção e manutenção da saúde. A Unimed Curitiba é constituída por 3.800 médicos cooperados e uma ampla rede de hospitais, laboratórios e clínicas credenciados. A sede administrativa localiza-se no Tarumã e possui três unidades de atendimento ao cliente – na rua Itupava, na rua Dr. Pedrosa e no Shopping Água Verde. Além destas unidades, a Unimed Curitiba possui postos de atendimento na Região Metropolitana de Curitiba. ■



Fotos: Assessoria Ocepar

Sebrae Paraná reuniu representantes das entidades parceiras, governo brasileiro e diplomacia italiana

Emilia-Romagna e Paraná ampliam COOPERAÇÃO

Região terá escritório de representação em Curitiba para impulsionar negócios entre os dois estados. Quatro projetos já estão em andamento

Os estados do Paraná e da Emilia-Romagna estão iniciando um projeto de parceria e cooperação. O objetivo é promover a geração de negócios e a transferência de tecnologia entre pequenas e micros empresas, atuando também de forma integrada no desenvolvimento dos produtores de pequenas propriedades. A região italiana é reconhecida mundialmente pela força econômica, resultado do apoio e incentivos dados aos pequenos empreendimentos, principais indutores do aumento

da renda e do emprego. Os projetos de cooperação com a Emilia-Romagna têm o apoio do Sistema Ocepar, Senar/Faep, do governo federal e Universidade de Bologna, tendo o Sebrae Paraná como entidade de fomento e organização dos trabalhos.

A parceria vai ganhar força com a instalação de um posto-avançado da região italiana em Curitiba. O anúncio foi feito no dia 12 de março, durante seminário do Sebrae-PR organizado para apresentar os primeiros resultados do

Projeto de Cooperação Paraná/Emilia-Romagna. Participaram do evento representantes do governo brasileiro, da Diplomacia italiana, da Universidade de Bologna, do Senar/Faep, do Sebrae e do Sistema Ocepar, que foi representado pelo superintendente adjunto, Nelson Costa. O escritório, que será instalado na sede do Sebrae em Curitiba, ficará a cargo da representante da Emilia-Romagna para Assuntos de Cooperação Internacional, Alessia Benizzi, que vai acompanhar a implantação das ações integradas

e identificar novas possibilidades comerciais e de intercâmbio tecnológico entre as duas regiões.

Projetos – Quatro projetos já estão em andamento: desenvolvimento da cadeia hortifrutigranjeira para a Região Metropolitana de Curitiba; inovação tecnológica na cadeia alimentar; formação de dirigentes e lideranças cooperativistas; comercialização de soja e milho convencional. Os projetos vão proporcionar aos produtores e cooperativas a oportunidade de fomentar suas produções, com o aprimoramento da gestão empresarial e da qualificação profissional. A ideia é desenvolver também produtos agroindustriais com maior valor agregado e mais competitivos no mercado, além de criar redes de comercialização. “Vamos ter uma clara e rápida leitura das especificidades de cada parceiro. Pretendemos abrir um diálogo constante com todas as instituições envolvidas e o cooperativismo será fundamental nesse processo.



SEBRAE

ões para Pequenas Empresas



Representante da Emilia-Romagna para Assuntos de Cooperação Internacional, Alessia Benizzi, vai comandar o escritório em Curitiba

Tenho esperança e acredito que podemos crescer juntos”, afirmou Alessia.

Economicamente, a Emilia-Romagna é uma das primeiras regiões da Itália em renda per capita e tem sido classificada nos últimos anos como uma das 15 regiões mais ricas da Europa. De acordo com o superintendente adjunto do Sistema Ocepar, Nelson Costa, a parceria entre o Paraná e a Emilia-Ro-

magna “é importante, pois desenvolve potencialidades em comum e abre novos mercados”, explicou. Depois do seminário, integrantes da comitiva italiana, acompanhados pelo analista técnico e econômico da Ocepar, Robson Mafioletti, viajaram para conhecer os terminais portuários da Cotriguaçu e da Coamo, em Paranaguá, e as sedes da Castrolanda e da Batavo, em Castro e Carambeí. ■



Bom Jesus
13 de Julho de 1952
55 anos
COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS

Investe em infra-estrutura por acreditar na força da sua gente!

Com seu projeto de transferência de tecnologia e evolução da produtividade, houve necessidade de aumentar sua capacidade de armazenagem de grãos que hoje ultrapassa a 5 milhões de sacas.

A família Bom Jesus cresceu ao longo dos seus 55 anos. Dos 18 fundadores hoje somos mais de 3.100 associados.

**Rodovia do Xisto, km 196 - (41) 3622-1515
- LAPA - Pr - www.bj.coop.br**

Prêmio Cooperativa do Ano 2008

O Prêmio Cooperativa do Ano, mais importante prêmio do cooperativismo brasileiro, está com inscrições abertas para a edição 2008, até o dia 6 de junho. Em sua quinta edição, tem o desafio de envolver um maior número possível de experiências bem-sucedidas das cooperativas dos ramos Agropecuário, bem como Consumo, Crédito, Infra-estrutura, Saúde e Transporte, desde que tenham vinculação com o meio rural. Maiores informações no portal www.brasilcooperativo.coop.br/premiocooperativadoano.



Ramo transporte se reúne em Brasília

Representantes das cooperativas do Ramo Transporte no segmento de cargas, do Estado do Paraná, do Sistema Ocepar, e da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), reuniram-se, em 11 de março, com o superintendente de Logística e Transporte Multimodal, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Aury de Mello Teixeira. A Resolução 2550/2008 (Regulamentação da Lei 2550/2008) foi o principal assunto da reunião que contou com a participação das cooperativas Contransul, Coopercaf, Cooperlog e do coordenador de Desenvolvimento e Autogestão do Sistema Ocepar, João Gogola Neto.

"O encontro foi uma oportunidade para expor a preocupação do setor em cumprir as exigências da Resolução 2550/08 e também buscar esclarecimentos", contou Gogola. O coordenador de Autogestão falou também sobre a disponibilidade da ANTT. "Ele (Mello Teixeira) disse que a reunião foi importante para levantar divergências que podem ser corrigidas e, deixou claro que se for necessário, a ANTT realizará re-edições mensais, até que sejam solucionados todos os problemas",



contou Gogola. Uma das propostas feitas ao superintendente é que técnicos da ANTT visitem as cooperativas de Transporte do Estado e, conheçam seu funcionamento. Outro ponto discutido foi a revisão na base de cálculo do Imposto de Renda para os transportadores autônomos. Ao final do encontro, os presentes decidiram realizar, no mês de abril, um workshop para ampliar o debate em torno dos problemas desse ramo.

Castrolanda investe em indústria de Piraí do Sul

Com a finalidade de controlar a emissão de partículas na atmosfera da cidade de Piraí do Sul (PR), a cooperativa Castrolanda investiu R\$ 700 mil na instalação de um moderno sistema de captação destes materiais na indústria de ração local. O material particulado é a denominação que se dá para poluentes constituídos de poeiras, fumaças e todo tipo de material sólido e líquido que se mantém suspenso na atmosfera por causa de seu pequeno tamanho. No caso dos grãos, mais especificamente do milho, o material particulado são as casquinhas que saem em algumas fases do processo de armazenamento. A emissão desse material acontece no recebimento, descarregamento na moega, transporte através dos elevadores e correias para pré-limpeza, pós-limpeza, secagem e na expedição. Atualmente a indústria de Piraí armazena cerca de 90 mil toneladas de trigo, soja, milho e triticale em 17 silos. O produto que mais libera material particulado é o milho. Segundo Patrícia Lucena, Assistente Técnica Ambiental da Castrolanda, agora a unidade está dentro dos padrões regulamentados pelo CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) e pela Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, que exigem o controle de emissões atmosféricas. "Esse controle é funda-



mental para a proteção da saúde e bem estar da população e melhoria da qualidade de vida. Assim, a empresa se desenvolve de forma ambientalmente segura", diz Patrícia. Ademir de Paula, coordenador de produção agrícola da unidade de cereais de Piraí, conta que a instalação desse sistema melhorou o ambiente onde trabalham os funcionários. "A diminuição da poeira e das partículas de milho deixaram o local mais limpo, inclusive para os vizinhos da unidade".

Valdir Colatto assume Frente da Agricultura

O deputado federal por Santa Catarina, Valdir Colatto (PMDB), tomou posse em 25 de março, em Brasília, como novo presidente da Frente Parlamentar da Agricultura (FPA). Ele assume no lugar do deputado federal pelo Paraná, Moacir Michelletto (PMDB). A transmissão de posse contou com a presença de um grande número de parlamentares, lideranças do agronegócio, do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas e do presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski. Colatto acredita que os cerca de 200 deputados e 30 senadores que compõem a Frente farão diferença na política agrícola nacional, afirmando que sua meta frente à FPA será organizar a produção, trabalhando com números concretos para mostrar a importância do setor agropecuário para o Brasil.



Curso atualiza sobre ICMS

Motivados pelo esclarecimento de dúvidas sobre a atualização do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços) no Paraná, 47 profissionais, de diversas cooperativas do Estado, realizaram, no final de fevereiro, em Curitiba, o Curso de Atualização em ICMS, promovido pelo SESCOOP Paraná. O treinamento teve o propósito de atualizar conhecimentos e métodos de aplicação da legislação. Foram abordados os seguintes tópicos: nota fiscal avulsa, sistema de controle interestadual de mercadoria em trânsito, passe fiscal, atualização monetária, juros de mora, diferencial de alíquotas e CAD/PRO. Em relação ao tema importações, debateu-se a suspensão/crédito presumido, formação de lote em recintos alfandegados, exportação por conta e ordem de terceiros. O instrutor do evento, João Cristiano dos Santos, advogado e assessor tributário empresarial, afirmou que o novo regulamento do ICMS, introduzido através do Decreto 1980/07, trouxe alterações importantes como o aproveitamento de saldo remanescente de ativos imobilizados em operações de transferência.

Revista Paraná Cooperativo em versão Digital

Saiba você também como multiplicar o alcance de suas publicações

Uma das mais bem elaboradas publicações do agronegócio brasileiro, a revista Paraná Cooperativo agora está de corpo inteiro na Internet. O Sistema Ocepar utiliza o Real Paper para apresentá-la a leitores de todo o mundo, igualzinha à versão de papel, mas sem gastar em impressão ou taxas de correio.

Com o Real Paper, qualquer publicação (revista, jornal, relatório, anuário, folder...) pode ser disponibilizada em versão digital que recupera a sensação de estar folheando a revista impressa. Com o Real Paper, a sua publicação ganha ainda mais vida, através da inserção de entrevistas

e depoimentos em vídeos, animações e ainda sistema de busca por palavras-chave, auto-flip, impressão da página inteira ou só de áreas selecionadas.

O Real Paper disponibiliza também relatórios completos de visitas, com informações como: ranking das matérias mais visitadas, tempo de permanência em cada uma delas, número de visitantes por dia, palavras-chave mais buscadas, entre outras. Além de todas estas vantagens, a atualização do conteúdo é feita sem custos adicionais, sem depender de terceiros, pelos seus próprios profissionais, como no Sistema Ocepar.



real paper

www.sistemarealpaper.com.br - (45) 3326-9375



Sistema Real Paper é tudo o que sua Cooperativa precisa para fortalecer a comunicação com o crescente mundo de leitores virtuais. Confira esta inovação tecnológica no site www.ocepar.org.br ou www.sistemarealpaper.com.br/ocepar



Agricultores conheceram variedade campeã em área plantada

Tarde de campo para atualização em milho e soja

Foto: Assessoria Coodetec

Quais de 200 pessoas entre produtores rurais, agrônomos e técnicos do Paraná, Santa Catarina e do Paraguai participaram, no dia 4 de março, da Tarde de Campo em Soja e Milho promovida pela Coodetec, em Cascavel. Em grupos, e acompanhados por pesquisadores da cooperativa, os visitantes percorreram as oito estações, onde conferiram de perto linhas de pesquisa para diferentes alternativas de mercado, cultivares de soja convencionais e transgênicas, além dos lançamentos de híbridos de milho e aspectos fitotécnicos e de fitopatologia. Em cada estação os interessados tinham à sua disposição profissionais preparados para esclarecer todas as dúvidas que surgem no desenvolvimento das lavouras.

O centro realiza pesquisa com milho desde 1982. Na época, o objetivo era atender a demanda por variedades de média e baixa tecnologia. Nos últimos anos, porém, o mercado passou a exigir híbridos de média e alta tecnologia, levando a Coodetec a orientar sua pesquisa para atender a essa demanda, explica Dulce Cândida Gardin, coordenadora de marketing e difusão de tecnologia. Esse

novo posicionamento trouxe resultados perceptíveis: ampliação da venda de 180 mil pra 390 sacas de milho na última safra, o que elevou a participação da marca CD no mercado de 2 % para 3,5%. “E temos expectativa de chegar a mais de 4% neste ano”, afirma Dulce. O próximo passo será a produção de variedade modificada geneticamente.

A CD 214RR é, atualmente, a cultivar de soja mais plantada no Brasil. No Cerrado, o destaque fica com a CD 219RR. Mas a missão da Coodetec é, lembra Dulce Cândida Gardin, atender as demandas do mercado, entre as quais variedades superprecoces, variedades tolerantes a nematóides e de alto teor protéico, visando a produção de ração e derivados, como a proteína texturizada de soja. Enquanto a soja convencional apresenta um teor protéico entre 37 a 39%, a Coodetec tem variedades com teor que varia de 40 a 45%.

Liderança – A Coodetec nasceu como Centro de Pesquisa da Ocepar, em 1972, diante da preocupação dos dirigentes cooperativistas em desenvolver estrategicamente suas próprias tecnologias, inicialmente trigo, triticale

e soja, reduzindo o grau de dependência de terceiros. O centro transformou-se na cooperativa central Coodetec em 1994, quando se reestruturou para atender as cooperativas associadas, hoje 40, de diversas regiões do Brasil. Ao longo dos anos, lançou no mercado brasileiro e latino-americano mais de uma centena de novas variedades com a marca CD, conquistando a liderança nacional no plantio de trigo e soja, e expressiva participação nos mercados de híbridos de milho e algodão.

A Coodetec é uma cooperativa central com base tecnológica voltada à agricultura, 100% nacional e de propriedade exclusiva dos 175 mil agricultores filiados a 40 cooperativas de produção do País. Os laboratórios de pesquisa e biotecnologia da Coodetec abrigam um dos maiores bancos de germoplasma de propriedade privada do País. Pesquisar e desenvolver novas cultivares e híbridos, com maior potencial produtivo, melhor relação custo-benefício, resistência a doenças, pragas e intempéries e adaptadas às condições de clima e solo de cada região é seu objetivo maior. (Com informações de: Imprensa Coodetec). ■



Foto: Assessoria Integrada

Alunos da APAE fizeram uma verdadeira excursão pela Integrada



Dia de Campo une tecnologia e

SOLIDARIEDADE

Realizado pela regional Florai, evento abordou novidades do campo e beneficiou alunos da Apae da cidade

A Integrada de Florai realizou um dia de campo diferente no início do mês de março. Em um mesmo evento, conseguiu reunir difusão de tecnologia com responsabilidade social.

A grande atração foram as informações técnicas repassadas pelos profissionais da cooperativa e dezenas de empresas de insumos agrícolas. “Em um evento como esse os cooperados têm a oportunidade de conferir as últimas novidades para atingir bons índices de produtividade”, explica o engenheiro agrônomo da Integrada, Daniel Marubayashi.

Além da parte técnica, outra atração mereceu destaque: a responsabilidade social. Toda a produção da área onde foram feitos os plantios para demonstração (um hectare) foi doada para a APAE local. “Esse recurso ajuda bastante a nossa entidade a continuar o trabalho social. Esse dinheiro pode não fazer diferença para a cooperativa, mas faz muita dife-

rença para a APAE”, diz a representante da entidade, Lucila Gimenez.

Emoção – O gerente da regional, Claudinei Marcondes, se emocionou com a atitude em prol da APAE e lembrou que “o sistema cooperativista, além de trazer desenvolvimento econômico aos produtores, ainda contribui com o desenvolvimento social das comunidades onde atua”.

Cerca de 45 alunos da entidade participaram de uma verdadeira excursão e também participaram do evento. Além das crianças, outra presença marcante foi a do Núcleo Feminino da Integrada, formado por 25 mulheres cooperativistas. Elas aproveitaram o evento para divulgar os trabalhos do grupo e mostrar que, na agricultura moderna, a atividade deve ser gerida por toda a família.

A vice-coordenadora do Núcleo Feminino, Márcia Lugli Forini Marques, acredita na importância da participação feminina no contexto cooperativista.

“Muitos cooperados ficaram admirados em saber que, apesar do grupo estar formado há pouco tempo, já realizou muita coisa”, diz. “Além de divulgar nosso trabalho, também estamos distribuindo soja frita para mostrar a importância dessa leguminosa na alimentação”, salientou.

Recepção calorosa – Os alunos da Apae conheceram os setores da cooperativa, como distribuição, assistência técnica e contabilidade. “Eles viram também como se faz a recepção e classificação da soja, os testes de transgênicos e ainda conheceram as moegas”, conta o supervisor da regional, Claudinei Donizete Marcondes.

No rosto de cada criança ou adulto especial, os colaboradores da Integrada puderam ver o brilho de uma curiosidade satisfeita. “É uma emoção receber em nossa empresa pessoas tão especiais. Esse foi um dia diferente que ficará gravado em nossa memória”, ressalta Marcondes. ■

Vista aérea do Campo Experimental da Cooperativa Bom Jesus

Mostra tecnológica de soja, milho e feijão

Campo Experimental recebeu mais de 700 visitantes

Os avanços tecnológicos dos cultivos de milho, soja e feijão, foram mostrados aos associados da Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus, no Dia de Campo que aconteceu no dia 20 de fevereiro, no Campo Experimental que ocupa uma área de 12 hectares ao lado da unidade do Boqueirão.

Durante todo o dia, os mais de 700 participantes, entre agricultores, técnicos da Cooperativa e 30 empresas parceiras e expositores, foram apresentados 35 materiais de soja, 37 de milho e 14 de feijão. As empresas de agroquímicos e fertilizantes, mostraram o desempenho de seus vários produtos. No período da tarde, fabricantes de máquinas e implementos agrícolas fizeram demonstrações dos seus produtos atraindo um grande público e realizaram bons negócios.

O presidente da Bom Jesus, Luiz Roberto Baggio, disse que o projeto de transferência de tecnologia desenvolvido pela Cooperativa tem refletido positivamente no aumento da produtividade das lavouras dos seus associados, conferindo-lhes um melhor ganho na sua atividade. "A nossa Cooperativa investe muito neste trabalho de transferência de tecnologia através da sua Gerência Técnica e conseguiu transformar a região da Lapa como uma de melhores índices de produtividade no Paraná", acrescentou. Em razão disso, a empresa investe todo ano entre R\$ 5 a R\$ 6 milhões na ampliação da sua infra-estrutura de recepção e armazenagem de grãos.

De acordo com a Gerência Técnica da Bom Jesus, o Dia de Campo

passou a ter âmbito regional com a participação de associados das unidades de Lapa, São Mateus do Sul, Antônio Olinho, São João do Triunfo, Paulo Frontin, Palmeira, Irati, Balsa Nova, Contenda e Quitandinha. Além das demonstrações dos técnicos de cada empresa, que possibilitam a avaliação entre um material e outro, os associados aproveitam a oportunidade para trocarem experiências entre si, o acrescenta mais conhecimento sobre determinadas culturas e subsídios para o próximo plantio.

De um modo geral, os agricultores ficaram bastante satisfeitos com o que viram e muitos já anotaram os materiais e produtos que irão utilizar na próxima safra, visando o aumento da produtividade para fazer face aos custos de produção. ■

Poder de troca na agricultura

Nos gráficos abaixo estão reproduzidas algumas análises feitas pela Gerência Técnica e Econômica do Sistema Ocepar sobre o poder de troca dos produtores rurais no mês de fevereiro de 2008. Este trabalho é realizado com base nos preços divulgados pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (Seab). Com esses gráficos em mãos, os produtores podem acompanhar melhor o desempenho de sua atividade e ver, por exemplo, quanto é necessário do seu trabalho, da sua produção, para aquisição de um determinado item de consumo. ■



Foto: Assessoria Coamo

SOJA X INSUMOS



MILHO X INSUMOS



TRIGO X INSUMOS



SOJA X MAQUINÁRIO



MILHO X MAQUINÁRIO



TRIGO X MAQUINÁRIO



INDICADORES ECONÔMICOS



INDICADORES CONJUNTURAIS DA ECONOMIA

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Fev 08	Jan 08	Dez 07	Nov 07	Out 07	Set 07	Ago 07	Jul 07	Jun 07	Mai 07	Abr 07	Mar 07	Fev 07	Ano 07	Ano 06	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02
Taxa inflação	IPCA	0,49	0,54	0,74	0,38	0,30	0,18	0,47	0,24	0,28	0,28	0,25	0,37	0,44	4,46	3,14	5,69	7,60	9,30	12,53
	IGP-Di	0,38	0,99	1,47	1,05	0,75	1,17	1,39	0,37	0,26	0,16	0,14	0,22	0,23	7,90	3,80	1,23	12,13	7,66	26,41
Taxa desemp.	%	8,50	8,00	7,40	8,20	8,70	9,00	9,50	9,50	9,70	10,10	10,10	10,10	9,90	9,29	9,98	9,83	11,48	12,32	7,14
Taxa de câmbio	R\$/US\$	1,73	1,76	1,77	1,78	1,74	1,89	1,97	1,88	1,93	1,98	2,03	2,09	2,10	1,95	2,18	2,43	2,93	3,08	2,92
Taxa Selic	% (a.a)	11,25	11,25	11,25	11,25	11,25	11,50	11,50	11,50	11,50	12,50	12,50	12,75	12,75	11,25	13,25	18,00	17,75	16,50	25,00
TJLP	% (a.a)	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,25	6,50	6,50	6,50	6,50	6,50	6,25	6,50	9,75	9,75	11,01	10,00
TR	% (a.m)	0,024	0,101	0,064	0,059	0,114	0,035	0,147	0,147	0,095	0,169	0,127	0,188	0,072	0,120	0,168	0,233	0,150	0,379	0,231
Balança Com.	Bi US\$	0,88	0,94	3,64	2,03	3,44	3,47	3,54	3,35	3,82	3,86	4,18	3,31	2,90	40,04	46,07	44,70	33,64	24,79	13,12
Res. Internac.	Bi US\$	192,90	187,51	180,33	177,07	167,87	162,96	161,10	155,91	147,10	136,42	121,83	109,52	101,07	180,33	85,84	53,80	52,93	46,56	37,06

Fonte: IPEA/Data, IBGE, Banco Central, Mdic. Elaboração: Ocepar/Getec, fevereiro/2008.

* provisório para Fevereiro de 2008.

INDICADORES DE PREÇOS DO AGRONEGÓCIO

ÚLTIMOS 12 MESES

Indicadores	Unidade	Fev 08	Jan 07	Dez 07	Nov 07	Out 07	Set 07	Ago 07	Jul 07	Jun 07	Mai 07	Abr 07	Mar 07	Fev 07	Ano 07	Ano 06	Ano 05	Ano 04	Ano 03	Ano 02
Algodão caroço	R\$/@	14,74	14,73	14,74	14,76	14,74	14,77	14,76	14,58	14,69	14,63	14,58	14,39	13,23	14,42	13,15	13,22	17,03	17,50	9,96
Café em coco	kg/renda	3,90	3,72	3,63	3,47	3,63	3,67	3,56	3,39	3,36	3,30	3,45	3,64	3,82	3,57	3,46	3,61	2,82	2,31	1,56
Milho	R\$/Sc	20,71	22,20	24,94	22,82	19,39	19,58	16,34	14,14	14,60	14,54	14,83	16,25	16,33	17,53	12,59	14,35	15,53	15,73	13,90
Soja	R\$/Sc	44,37	42,06	40,11	37,91	35,13	33,87	30,20	27,64	27,30	27,03	27,21	28,62	29,50	31,12	25,31	27,56	38,42	37,42	25,69
Trigo	R\$/Sc	34,73	33,03	30,26	29,98	32,12	34,08	29,92	26,56	25,78	25,31	24,64	24,64	24,80	27,83	21,37	19,57	24,51	27,24	29,49
Cana-de-açúcar	R\$/t	28,48	28,54	27,93	27,29	27,83	28,21	27,79	27,93	29,54	32,63	34,16	34,19	34,63	30,64	34,04	28,24	25,77	26,04	20,02
Mandioca	R\$/t	163,68	163,14	160,75	158,94	151,92	140,69	123,12	120,32	120,44	133,37	137,47	133,56	135,81	137,94	88,86	115,02	238,10	197,95	59,08
Boi gordo	R\$/@	68,12	68,54	69,45	66,82	59,92	58,40	60,08	57,25	52,57	51,55	52,23	52,79	52,14	57,07	48,86	50,76	55,89	54,14	45,41
Frango vivo	R\$/kg	1,54	1,58	1,54	1,49	1,47	1,44	1,43	1,37	1,29	1,27	1,29	1,38	1,39	1,38	1,18	1,36	1,44	1,37	1,02
Leite cota	R\$/l	0,58	0,58	0,58	0,61	0,65	0,70	0,68	0,62	0,53	0,49	0,46	0,44	0,43	0,55	0,43	0,46	0,45	0,41	0,30
Suíno raça	R\$/kg	2,13	2,21	2,37	2,10	1,98	1,78	1,68	1,49	1,48	1,40	1,35	1,43	1,56	1,68	1,42	2,13	2,24	1,59	1,17

Fonte: Seab/Deral, Elaboração: Ocepar/Getec – fevereiro/2008. Preços médios mensais e anuais recebidos pelos produtores paranaenses.

INDICADORES DO COOPERATIVISMO

Indicadores	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Faturamento (bilhões R\$)	6,49	8,02	11,21	15,50	18,00	16,5	16,5	18,5
Cooperativas (unidades)	194	193	202	204	210	228	229	234
Cooperados (unidades)	243.224	245.884	266.523	293.579	348.000	403.195	406.791	451.500
Colaboradores (unidades)	28.460	30.421	32.693	39.059	45.000	49.000	50.000	51.000
Exportações (milhões US\$)	355,42	633,82	643,87	800,00	1.000,00	700	850	1.100,00
Investimentos (milhões R\$)	-	300	350	450	780	600	790	1.028
Participação no PIB agropecuário do PR	47%	55%	52%	53%	55%	55%	55%	55%

Fonte: Ocepar/Getec.



Nosso destaque é fruto de sua lembrança. Obrigado!



**RANKING
LÍDERES DE VENDA 2007
ÓLEO DE SOJA**

**REGIÃO SUL
2º LUGAR**

**INTERIOR DE SÃO PAULO
4º LUGAR**

**GRANDE SÃO PAULO
5º LUGAR**

**BRASIL
4º LUGAR**

ALIMENTOS
Coamo



Conheça toda a família de Alimentos Coamo | www.coamo.com.br

**Reformar ou construir.
Com o cooperativismo,
isso deixa de ser um sonho.**



Quem está perto da gente é capaz de entender melhor o que a gente quer.
O que a gente pensa. E o que a gente sonha. Por isso, o cooperativismo
de crédito é tão diferente. Porque ele está perto de você. E sabe que,
ao financiar sua reforma ou construção, o que ele está fazendo
realmente é ajudar você a realizar um sonho.

Uma campanha



RPC
SUA PARCERIA EM FINANÇAS



OCEPAR
Sindicato e Organização das Cooperativas
do Estado do Paraná